Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Fluxo de Caixa 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 6

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010 7

Demonstração do Valor Adicionado 8

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 9

Balanço Patrimonial Passivo 10

Demonstração do Resultado 11

Demonstração do Fluxo de Caixa 12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 13

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010 14

Demonstração do Valor Adicionado 15

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 16

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 84

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 86

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 87

88

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.308.213.508
Preferenciais	1.060.410
Total	1.309.273.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	405.396	409.328
1.01	Ativo Circulante	3.591	6.924
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16	2.360
1.01.03	Contas a Receber	104	106
1.01.03.01	Clientes	104	106
1.01.04	Estoques	0	69
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.920	3.753
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.920	3.753
1.01.07	Despesas Antecipadas	12	30
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	539	606
1.01.08.03	Outros	539	606
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	0	3
1.01.08.03.02	Outros Créditos	539	603
1.02	Ativo Não Circulante	401.805	402.404
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.991	3.900
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.364	3.277
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras retidas	3.364	3.277
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	627	623
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	627	623
1.02.02	Investimentos	396.511	397.198
1.02.02.01	Participações Societárias	328.720	328.817
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	328.720	328.817
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	67.791	68.381
1.02.03	Imobilizado	23	26
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23	26
1.02.04	Intangível	1.280	1.280
1.02.04.01	Intangíveis	1.280	1.280

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	405.396	409.328
2.01	Passivo Circulante	18.284	16.063
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	669	250
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	669	250
2.01.02	Fornecedores	41	44
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41	44
2.01.03	Obrigações Fiscais	441	462
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	441	462
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.460	11.472
2.01.04.02	Debêntures	11.460	11.472
2.01.05	Outras Obrigações	5.673	3.835
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.973	2.393
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.973	2.393
2.01.05.02	Outros	1.700	1.442
2.01.05.02.04	Receitas Diferidas	989	1.012
2.01.05.02.05	Comissões a pagar	11	168
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	700	262
2.02	Passivo Não Circulante	121.607	124.612
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	94.489	97.360
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12	12
2.02.01.02	Debêntures	94.477	97.348
2.02.02	Outras Obrigações	4.863	4.863
2.02.02.02	Outros	4.863	4.863
2.02.02.02.04	Impostos a recolher	4.863	4.863
2.02.03	Tributos Diferidos	22.042	22.177
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.042	22.177
2.02.04	Provisões	213	212
2.03	Patrimônio Líquido	265.505	268.653
2.03.01	Capital Social Realizado	429.443	429.442
2.03.02	Reservas de Capital	27.604	27.604
2.03.03	Reservas de Reavaliação	2.246	2.262
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-255.838	-253.283
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	62.050	62.628

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-9
3.03	Resultado Bruto	0	-9
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-211	848
3.04.01	Despesas com Vendas	-161	-879
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.137	-1.846
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.412	242
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.228	-568
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-97	3.899
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-211	839
3.06	Resultado Financeiro	-3.076	-3.229
3.06.01	Receitas Financeiras	164	1.151
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.240	-4.380
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.287	-2.390
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	132	198
3.08.02	Diferido	132	198
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.155	-2.192
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.155	-2.192
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00240	-0,00170
3.99.01.02	PNA	-0,00240	-0,00170
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00080	-0,00020

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-967	-4.849
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	-2.686
6.01.01.01	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-3.287	-2.390
6.01.01.02	Depreciação e amortização	561	596
6.01.01.03	Provisões	12	32
6.01.01.04	Ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos	0	-6
6.01.01.05	Encargos sobre empréstimos e debêntures	2.617	2.936
6.01.01.07	Ganho (perda) líquido em variação cambial	0	45
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	97	-3.899
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-967	-2.163
6.01.02.01	Redução em contas a receber	-10	-62
6.01.02.02	Redução nos estoques	69	0
6.01.02.03	Redução em impostos a recuperar	833	642
6.01.02.04	Redução em outras contas a receber	116	181
6.01.02.05	Aumento (redução) em fornecedores	-3	214
6.01.02.06	Aumento (redução) em salários e férias	419	-157
6.01.02.07	(Redução) em impostos a recolher	-21	-28
6.01.02.08	(Redução) adiantamento de clientes	-23	-7
6.01.02.09	(Redução) aumento em outras contas a pagar	280	-176
6.01.02.10	Juros pagos por empréstimos e debêntures	-2.627	-2.843
6.01.02.11	Recebimentos de caixa por contratos a termo	0	73
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87	-3.183
6.02.02	Aplicações de longo prazo	-87	-3.183
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.290	4.938
6.03.01	Pagamento de empréstimos/Empréstimos a empresas ligadas	-1.290	4.938
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.344	-3.094
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.360	5.261
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16	2.167

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	429.442	92.494	0	-253.283	0	268.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	429.442	92.494	0	-253.283	0	268.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1	0	0	0	0	1
5.04.08	Aumento de capital por conversão de bônus de debêntures	1	0	0	0	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.155	0	-3.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.155	0	-3.155
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-594	0	600	0	6
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-22	0	22	0	0
5.06.04	Reversão de impostos diferidos sobre reverva de reavaliação	0	6	0	0	0	6
5.06.05	Realização (depreciação) do custo atribuido	0	-876	0	876	0	0
5.06.06	Impostos sobre realização do custo atribuido	0	298	0	-298	0	0
5.07	Saldos Finais	429.443	91.900	0	-255.838	0	265.505

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	423.543	95.116	0	-281.204	0	237.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	423.543	95.116	0	-281.204	0	237.455
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.395	-12	0	0	0	5.383
5.04.08	Ações preferenciais classe B - conv em ações ordinárias	3.300	0	0	0	0	3.300
5.04.09	Aumento de capital por conversão de capital por conv de bônus de debêntures	2.095	-12	0	0	0	2.083
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.192	0	-2.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.192	0	-2.192
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-622	0	630	0	8
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-22	0	22	0	0
5.06.05	Outros	0	8	0	0	0	8
5.06.06	Realização (depreciação) do custo atribuido	0	-923	0	923	0	0
5.06.07	Impostos sobre realização do custo atribuido	0	315	0	-315	0	0
5.07	Saldos Finais	428.938	94.482	0	-282.766	0	240.654

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	-12	10
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12	10
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.828	-893
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	0	-9
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.828	-884
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.840	-883
7.04	Retenções	-561	-596
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-561	-596
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.401	-1.479
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.373	5.302
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-97	3.899
7.06.02	Receitas Financeiras	164	1.151
7.06.03	Outros	3.306	252
7.06.03.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	132	198
7.06.03.02	Outras	3.174	54
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	972	3.823
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	972	3.823
7.08.01	Pessoal	611	1.121
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	297
7.08.01.02	Benefícios	28	58
7.08.01.03	F.G.T.S.	31	67
7.08.01.04	Outros	552	699
7.08.01.04.01	Honorários da administração	518	659
7.08.01.04.02	Outros	34	40
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	352	235
7.08.02.01	Federais	347	230
7.08.02.03	Municipais	5	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.164	4.659
7.08.03.01	Juros	2.790	4.380
7.08.03.03	Outras	374	279
7.08.03.03.01	Comissões	374	279
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.155	-2.192
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.155	-2.192

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	538.259	552.072
1.01	Ativo Circulante	217.523	230.434
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	108.323	116.025
1.01.03	Contas a Receber	16.139	32.761
1.01.03.01	Clientes	16.139	32.761
1.01.04	Estoques	72.091	60.167
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.263	14.658
1.01.07	Despesas Antecipadas	365	351
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.342	6.472
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	1.736	1.736
1.01.08.01.03	Ativo mantido para venda	1.736	1.736
1.01.08.03	Outros	4.606	4.736
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	2.311	2.514
1.01.08.03.02	Outros Créditos	2.180	1.799
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	115	423
1.02	Ativo Não Circulante	320.736	321.638
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	112.759	113.150
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.364	3.277
1.02.01.01.03	Aplicações financeiras retidas	3.364	3.277
1.02.01.03	Contas a Receber	4.259	4.694
1.02.01.03.01	Clientes	4.259	4.694
1.02.01.06	Tributos Diferidos	85.027	85.027
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85.027	85.027
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	20.109	20.152
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	15.919	16.014
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.190	4.138
1.02.02	Investimentos	13.310	13.332
1.02.02.01	Participações Societárias	3	3
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	3	3
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.307	13.329
1.02.03	Imobilizado	184.342	184.690
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	169.269	171.904
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	15.073	12.786
1.02.04	Intangível	10.325	10.466
1.02.04.01	Intangíveis	10.325	10.466

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	538.259	552.072
2.01	Passivo Circulante	95.039	101.232
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.867	12.628
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.867	12.628
2.01.02	Fornecedores	21.890	20.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.206	17.913
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.684	2.579
2.01.03	Obrigações Fiscais	747	2.208
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	746	2.137
2.01.03.01.02	Impostos a recolher	746	2.137
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	71
2.01.03.02.01	Impostos a recolher	1	71
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	31.918	33.619
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.458	22.147
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	20.458	22.147
2.01.04.02	Debêntures	11.460	11.472
2.01.05	Outras Obrigações	31.617	32.285
2.01.05.02	Outros	31.617	32.285
2.01.05.02.04	Comissões a pagar	907	1.789
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.406	2.807
2.01.05.02.06	Receita diferida	27.304	27.689
2.02	Passivo Não Circulante	177.715	182.187
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	126.296	130.863
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	31.819	33.515
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	31.819	33.515
2.02.01.02	Debêntures	94.477	97.348
2.02.02	Outras Obrigações	7.489	7.599
2.02.02.02	Outros	7.489	7.599
2.02.02.02.03	Impostos a recolher	6.604	6.604
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	885	995
2.02.03	Tributos Diferidos	37.791	38.093
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	37.791	38.093
2.02.04	Provisões	6.139	5.632
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	265.505	268.653
2.03.01	Capital Social Realizado	429.443	429.442
2.03.02	Reservas de Capital	27.604	27.604
2.03.03	Reservas de Reavaliação	2.246	2.262
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-255.838	-253.283
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	62.050	62.628

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	60.718	73.244
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.691	-59.545
3.03	Resultado Bruto	10.027	13.699
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.541	-9.636
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.546	-3.863
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.661	-5.350
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.487	998
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.821	-1.421
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.514	4.063
3.06	Resultado Financeiro	-939	-2.916
3.06.01	Receitas Financeiras	4.051	3.988
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.990	-6.904
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.453	1.147
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	298	-2.511
3.08.01	Corrente	0	-1.734
3.08.02	Diferido	298	-777
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.155	-1.364
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-828
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.155	-2.192
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.155	-2.192
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00240	-0,00170
3.99.01.02	PNA	-0,00240	-0,00170
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00080	-0,00020

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.415	-2.882
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.385	9.142
6.01.01.01	Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	-3.453	1.147
6.01.01.02	Depreciação e amortização	3.676	4.029
6.01.01.03	Provisões	-264	333
6.01.01.04	Ganhos líquidos com instrumentos financeiros derivativos	-126	704
6.01.01.05	Encargos sobre empréstimos e debêntures	3.552	4.009
6.01.01.07	Ganho (perda) líquido em variação cambial	0	-252
6.01.01.09	Prejuizo antes dos impsotos das operações descontinuadas	0	-828
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.970	-12.024
6.01.02.01	Redução em contas a receber	16.819	7.932
6.01.02.02	(Aumento) nos estoques	-11.887	-7.687
6.01.02.03	Redução em impostos a recuperar	490	704
6.01.02.04	(Aumento) em outras contas a receber	-224	-5.864
6.01.02.05	Aumento em fornecedores	1.398	2.446
6.01.02.06	(Redução) em salários e férias	-3.761	-228
6.01.02.07	(Redução) em impostos a recolher	-1.461	-2.966
6.01.02.08	(Redução) adiantamento de clientes	-385	-2.595
6.01.02.09	Aumento em outras contas a pagar	343	696
6.01.02.10	Juros pagos por empréstimos e debêntures	-3.737	-4.022
6.01.02.11	Recebimentos de caixa por contratos a termo	535	73
6.01.02.12	Pagamentos de caixa por contratos a termo	-100	-513
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.032	-6.840
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-2.945	-3.657
6.02.03	Aplicações de longo prazo	-87	-3.183
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.085	-1.463
6.03.01	Pagamentos de empréstimos	-6.967	-1.463
6.03.02	Empréstimos tomados	882	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.702	-11.185
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	116.025	75.994
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	108.323	64.809

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	429.442	92.494	0	-253.283	0	268.653	0	268.653
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	429.442	92.494	0	-253.283	0	268.653	0	268.653
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1	0	0	0	0	1	0	1
5.04.08	Aumento de capital por conversão de bônus de debêntures	1	0	0	0	0	1	0	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.155	0	-3.155	0	-3.155
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.155	0	-3.155	0	-3.155
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-594	0	600	0	6	0	6
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-22	0	22	0	0	0	0
5.06.04	Reversão de impostos diferidos sobre reserva de reavaliação	0	6	0	0	0	6	0	6
5.06.05	Realização (depreciação) do custo atribuido	0	-876	0	876	0	0	0	0
5.06.06	Imposto sobre realização do custo atribuido	0	298	0	-298	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	429.443	91.900	0	-255.838	0	265.505	0	265.505

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	423.543	95.116	0	-281.204	0	237.455	0	237.455
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	423.543	95.116	0	-281.204	0	237.455	0	237.455
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.395	-12	0	0	0	5.383	0	5.383
5.04.08	Ações preferenciais classe B - conv em ações ordinárias	3.300	0	0	0	0	3.300	0	3.300
5.04.09	Aumento de capital por conversão de capital por conv de bônus de debêntures	2.095	-12	0	0	0	2.083	0	2.083
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.192	0	-2.192	0	-2.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.192	0	-2.192	0	-2.192
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-622	0	630	0	8	0	8
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-22	0	22	0	0	0	0
5.06.05	Outros	0	8	0	0	0	8	0	8
5.06.06	Realização (depreciação) do custo atribuido	0	-923	0	923	0	0	0	0
5.06.07	Impostos sobre realização do custo atribuido	0	315	0	-315	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	428.938	94.482	0	-282.766	0	240.654	0	240.654

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	69.664	86.750
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	69.914	86.687
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-250	63
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-57.256	-67.939
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.308	-54.936
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.948	-13.003
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.408	18.811
7.04	Retenções	-3.676	-4.029
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.676	-4.029
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	8.732	14.782
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.609	3.500
7.06.02	Receitas Financeiras	4.052	4.014
7.06.03	Outros	3.557	-514
7.06.03.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	298	-777
7.06.03.02	Outras	3.259	263
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.341	18.282
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.341	18.282
7.08.01	Pessoal	10.931	9.957
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.956	6.968
7.08.01.02	Benefícios	1.265	1.006
7.08.01.03	F.G.T.S.	650	634
7.08.01.04	Outros	1.060	1.349
7.08.01.04.01	Honorários da administração	600	984
7.08.01.04.02	Outros	460	365
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-467	1.826
7.08.02.01	Federais	-318	2.360
7.08.02.02	Estaduais	-239	-610
7.08.02.03	Municipais	90	76
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.032	8.691
7.08.03.01	Juros	4.540	6.912
7.08.03.02	Aluguéis	1.245	0
7.08.03.03	Outras	3.247	1.779
7.08.03.03.01	Comissões	2.042	1.779
7.08.03.03.02	Outras	1.205	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.155	-2.192
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.155	-2.192







GRUPO KEPLERWEBER®

Resultados 1T11

KEPL3: R$ 31,00 / 100 ações
Market Cap: R$ 405,9 MM
Última Cotação: 31/03/2011

IBrX ÍNDICE BRASIL · INDX Índice do Setor Industrial BOVESPA-BRASIL · Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG · Índice BM&FBOVESPA Small Cap SMLL



Release de Resultados do 1T11

Postergação das entregas no 1°trimestre e atraso n a definição das novas regras de financiamento do Governo (PSI) reduzem em 17,1 % a Receita Líquida da Kepler Weber

Porto Alegre, 12 de maio de 2011 – A Kepler Weber S/A (BM&FBovespa: KEPL3), empresa controladora do Grupo Kepler Weber, líder de mercado no segmento de armazenagem de grãos, anuncia hoje os resultados do 1º trimestre de 2011. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em Reais, com base em números consolidados e de acordo com as disposições contidas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e já adequadas ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*). Em 31 de março de 2011, a taxa de câmbio Real/Dólar (PTAX-Venda) era de R$ 1,6287/USD 1,00.

Destaques do Período

✓ Receita Líquida

A Receita Líquida da Companhia diminuiu 17,1 %, atingindo R$ 60,7 milhões no primeiro trimestre de 2011, frente aos R$ 73,2 milhões no 1T10.

✓ Lucratividade

O Lucro Bruto da Companhia diminuiu 26,8%, atingindo R$ 10 milhões no 1T11, contra os R$ 13,7 milhões apresentados no mesmo período de 2010.
O Prejuízo Líquido foi de R$ 3,2 milhões. No primeiro trimestre de 2010 o Prejuízo Líquido foi de R$ 2,2 milhões.

✓ EBITDA

O resultado do EBITDA da Kepler Weber foi de R$ 1,2 milhão, com margem EBITDA de 1,9%, ante o resultado de R$ 7,3 milhões obtido no 1T10, com margem de 9,9%.

Principais Indicadores *(R$ milhões)*	1T11	1T10	Δ%
Desempenho Operacional			
Receita Líquida	60,7	73,2	-17,1%
CPV	(50,7)	(59,5)	-14,9%
Lucro Bruto	10,0	13,7	-26,8%
Lucro (Prejuízo) Operacional	(3,5)	1,1	n/a
Prejuízo Líquido	(3,2)	(2,2)	43,9%
EBITDA	1,2	7,3	-84,0%
Investimentos *(R$ mil)*	3,0	3,7	-18,9%
Patrimônio Líquido*	265,5	268,7	-1,2%
Índices			
Lucro por Ação	(0,0008)	(0,0002)	-0,1p.p.
ROE	-1,19%	-0,82%	-0,4p.p.
Margem Bruta	16,51%	18,70%	-2,2p.p.
Margem Líquida	-5,20%	-2,99%	-2,2p.p.
Margem EBITDA	1,91%	9,92%	-8p.p.
Margem Operacional	-5,69%	1,57%	n/a

* PL comparado com balanço de 2010.

Relações com Investidores

Nolci Santos
Diretor Adm./Fin. e de RI

Felipe Fontes
Analista de RI

Tel.: +55 (51) 3361-9661
E-mail: ri.kepler@kepler.com.br
Website: www.kepler.com.br/ri



Mensagem aos Acionistas

A redução no volume de pedidos embarcados impactou no desempenho dos números acumulados da Companhia neste trimestre. Esta redução ocorreu em virtude da postergação das entregas dos pedidos em carteira, em razão da falta de condições de recebimento dos produtos por parte dos clientes, e do atraso nas definições das novas regras e condições válidas para as linhas de financiamento do Governo, através do Programa de Sustentabilidade dos Investimentos (PSI).

Entretanto, as condições favoráveis do agronegócio no Brasil, indicam para uma recuperação no desempenho da Companhia nos próximos períodos de 2011, impulsionados pelos seguintes fatores:

a) A manutenção do crescente volume de negócios e a retomada dos investimentos pelos agentes do agronegócio;
b) As projeções de uma safra robusta em 2010/2011 no Brasil;
c) O déficit da capacidade estática de armazenagem;
d) A manutenção da oferta de linhas de financiamento do Governo, com condições ainda favoráveis para a obtenção de recursos através do Programa de Sustentabilidade dos Investimentos (PSI).

Em função disto, a Companhia está atenta às oportunidades de mercado que, associadas à sazonalidade positiva de vendas a partir do segundo trimestre, remetem a um maior volume de negócios para a Kepler Weber ao longo de 2011.

A geração de caixa no ano anterior proporcionou disponibilidade de capital de giro para a Companhia, sustentando o seu plano de desenvolvimento e crescimento de negócios com vantagem competitiva. Isto permite projetar que a Kepler Weber terá condições de enfrentar o provável aumento da demanda por sistemas de armazenagem de grãos mantendo sua posição de liderança.

A Kepler Weber, que completa 86 anos em 2011, continua aprimorando-se na busca contínua das melhores e mais completas soluções em armazenagem de grãos, ocupando uma posição de destaque no Brasil e na América Latina. Inovação e tecnologia são a marca da evolução da Kepler Weber para antecipar a rápida transformação do agronegócio e suas crescentes demandas por melhorias em produtividade, segurança dos operadores, respeito ao meio ambiente, eficiência energética e automação. A Companhia mantem a ambição de ser a número um em todos esses quesitos para continuar oferecendo os equipamentos com o melhor retorno do mercado para seus clientes.

A Administração da Kepler Weber agradece a todos aqueles que apoiaram a Companhia – acionistas, clientes, colaboradores, parceiros e fornecedores, que muito têm contribuído para a consolidação da Kepler Weber como o principal *player* de equipamentos para armazenagem de grãos no Brasil.

A Administração

GRUPO KEPLERWEBER

Release de Resultados do 1T11

Perfil Corporativo

Fundada em 1925, a Kepler Weber S.A. é a líder do mercado brasileiro de armazenagem de grãos, com o desenvolvimento de soluções completas destinadas ao setor de agronegócios.



Sediada em Porto Alegre (RS), a Companhia possui uma controlada: a Kepler Weber Industrial (KWI), localizada em Panambi (RS) e com filial em Campo Grande (MS).

A Companhia fabrica sistemas de armazenagem de grãos – como silos, secadores, transportadores e máquinas de limpeza e armazenagens especiais – tanto para o setor agrícola e industrial, quanto para terminais portuários.

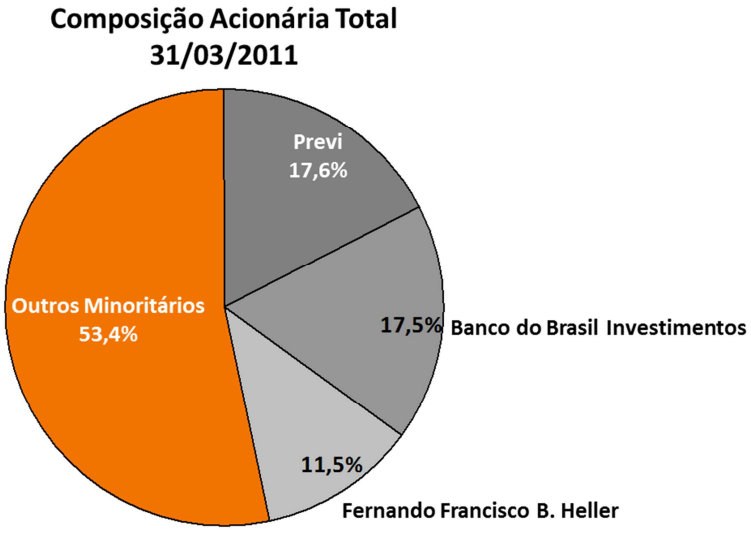
A carteira de clientes é composta por cooperativas, produtores agrícolas, indústrias de beneficiamento, *trading companies* e empreendimentos de médio e grande porte no Brasil e no exterior. Na exportação, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Chile, Bolívia, Egito, Argentina, Republica Dominicana, Equador e Peru se destacam na carteira.

A Kepler Weber oferece, também, suporte pós-vendas e uma rede de assistência técnica capacitada, possibilitando aos seus clientes a aquisição de peças originais para manutenção e reposição, com maior rapidez, evitando possíveis perdas durante o período de colheita da safra.

Ao longo do ano a Companhia continua visando à expansão internacional de suas atividades, pela atuação de sua rede de representantes no exterior e pelos seus programas de desenvolvimento dos recursos humanos. No mercado interno, além de estar preparada para atender a demanda crescente do mercado, a Kepler Weber vem consolidando seu plano de crescimento comercial do Departamento de Peças e Serviços (DPS).

Composição Acionária

Em 31 de março de 2011, o capital social da Kepler Weber totalizava R$ 429,5 milhões, composto por 1.309.273.918 ações, sendo 1.308.213.508 ordinárias, negociadas regularmente na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) sob o código KEPL3, e 1.060.410 preferenciais.



Conjuntura Econômica e Desempenho do Setor

No ano de 2010, observamos a recuperação da economia global liderada pelas economias emergentes, cuja expansão, em grande parte, deu-se em razão da demanda doméstica. Para este ano, observa-se a continuidade do crescimento das vendas do comércio, impulsionadas pela confiança dos consumidores e pelo desempenho do mercado de trabalho.

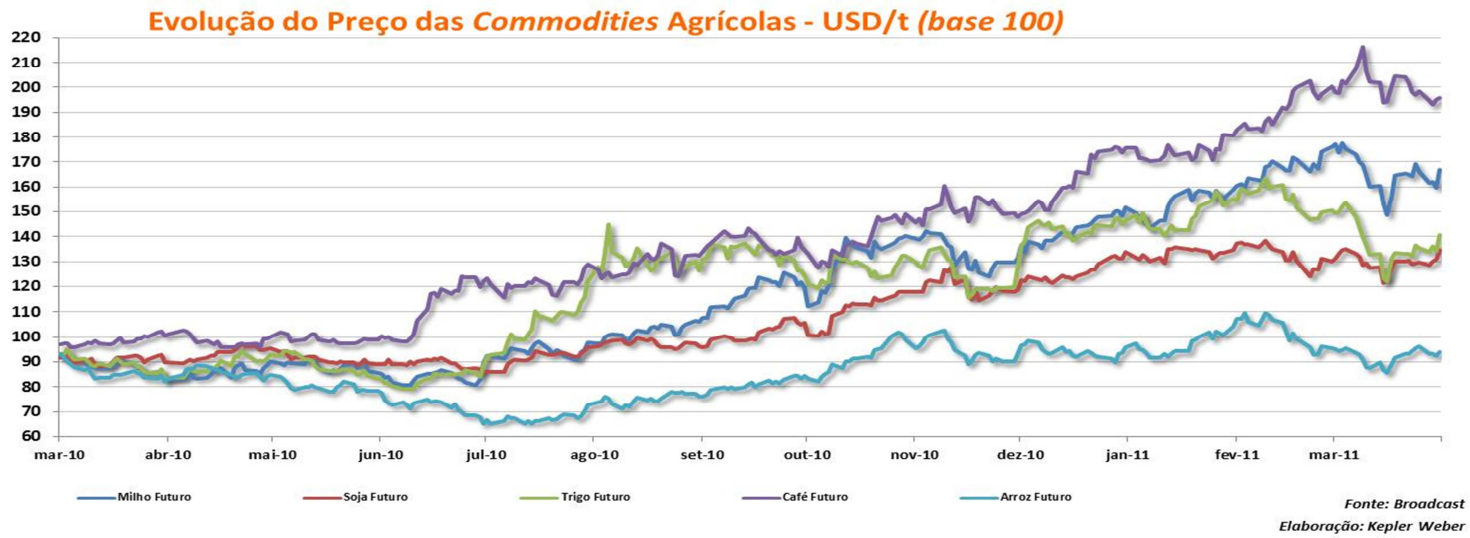
As cotações internacionais das *commodities* permaneceram em alta durante o primeiro trimestre do ano, devido às condições das ofertas de importantes produtos agrícolas e à gradual recuperação da atividade econômica.

Apesar da valorização do real frente ao dólar e do ajuste monetário através do aumento da taxa de juros para conter a inflação, gerada, entre outras razões, pela alta dos preços das *commodities* agrícolas, as exportações cresceram 31% totalizando USD 51,2 bilhões, e as importações cresceram 25% somando USD 48,1 bilhões no acumulado do ano de 2011, quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

O agronegócio obteve participação significativa no crescimento das exportações. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, as exportações do agronegócio, no 1T11, totalizaram USD 17,9 bilhões, o que representa 34,9% do total exportado pelo país. O crescimento das importações foi de 29%, chegando a USD 4 bilhões. O superávit da balança comercial do agronegócio fechou o trimestre de 2011 com um saldo de USD 13,9 bilhões (+21,6%).

No mercado doméstico, a estimativa da produção de grãos para a safra de 2010/2011 aponta para um volume de 157,4 milhões de toneladas, 5,5% superior à safra 2009/2010, de acordo com o 7° levantamento do acompanhamento da safra brasil eira realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em abril de 2011. O resultado está relacionado às condições climáticas favoráveis e à alta produtividade do milho na primeira safra dos Estados da região sul, sobretudo no Paraná, onde a média estadual é estimada em 7.920 quilos por hectare. A boa produtividade da soja, que nas principais regiões produtoras está alcançando níveis acima de 3.100 quilos por hectare, como nos Estados de Mato Grosso, com 3.135 quilos por hectare, e do Paraná, com 3.270 quilos por hectare, também influenciou o resultado. A realização do volume total estimado dependerá do comportamento climático durante as fases de desenvolvimento das culturas.

O déficit da capacidade estática de armazenagem, aliado à safra projetada pelos órgãos governamentais, deverá demandar um volume relevante de novos investimentos no setor de armazenagem para o ano de 2011.

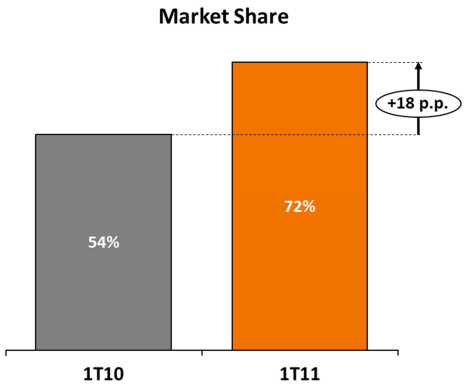


Fonte: Broadcast
Elaboração: Kepler Weber



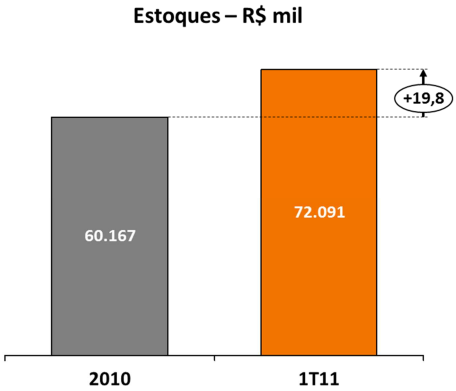
Desempenho Operacional-Financeiro

Market Share



Com base nos negócios conhecidos no segmento de sistemas de armazenagem de grãos, a participação de mercado da Companhia apresentou um aumento de 18 p.p., passando de 54% no 1T10, para 72% no 1T11, reforçando sua liderança.

Estoques *(R$ Mil)*



O estoque da Kepler Weber encerrou o 1T11 em R$ 72,1 milhões, 19,8% maior que o estoque no 1T10 (R$ 60,2 milhões). Este aumento é decorrente do incremento de produtos acabados, compatível com o atendimento dos pedidos em carteira.

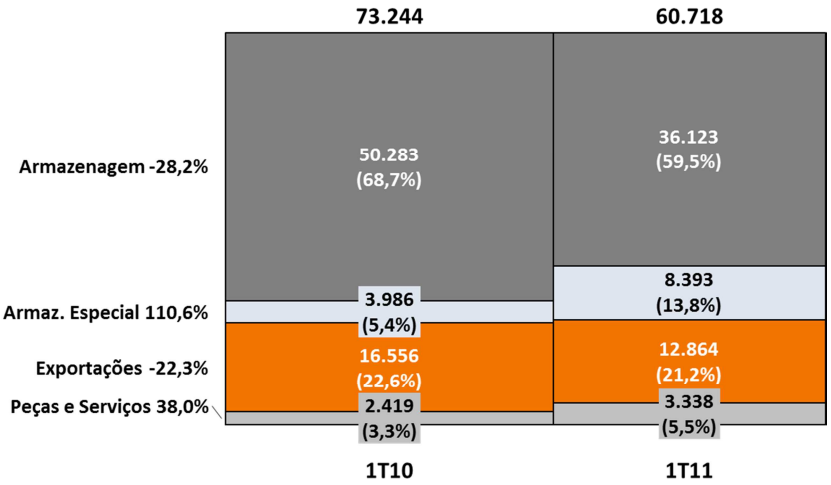
Receita Líquida

No 1T11, a Receita Líquida totalizou R$ 60,7 milhões, 17,1% inferior ao valor registrado no mesmo período do ano de 2010 (R$ 73,2 milhões), com queda nos segmentos de armazenagem agrícola e exportações, mas com destaque positivo para o crescimento no segmento de armazenagem especial. No mercado interno, a Receita Líquida proveniente do segmento de armazenagem passou de R$ 50,3 milhões no 1T10 para R$ 36,1 milhões no 1T11, (-28,2%), e o segmento de armazenagem especial passou de R$ 4 milhões para R$ 8,4 milhões no 1T11 (+110,6%).

A postergação das entregas dos pedidos em carteira e o atraso nas definições das novas regras e condições válidas para as linhas de financiamento do Governo, através do Programa de Sustentabilidade dos Investimentos (PSI), contribuíram para um desempenho inferior no segmento de armazenagem agrícola neste trimestre em relação ao 1T10.

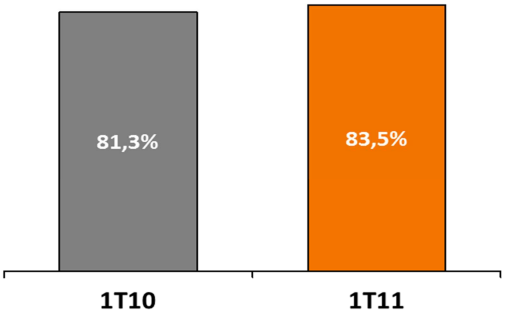
As exportações da Companhia tiveram um desempenho 22,3% inferior ao 1T10, tendo sido impactadas pela valorização do real frente ao dólar e pela maior competição nos negócios realizados no mercado internacional, principalmente na América Latina.

Receita Líquida por Segmentos – R$ mil



Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

CPV sobre Receita Líquida (em %)

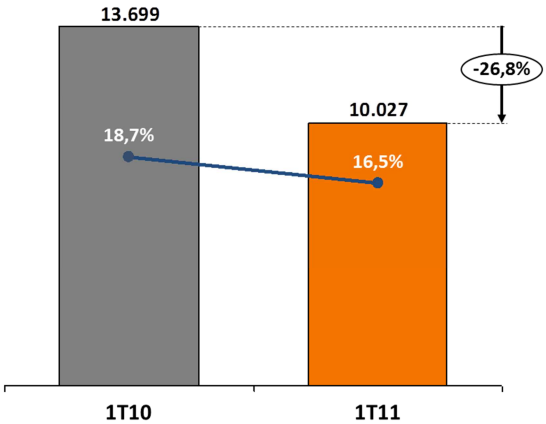


O CPV somou R$ 50,7 milhões no 1T11, correspondendo a 83,5% da Receita Líquida da Companhia, 2,2 p.p. superior ao CPV apresentado no 1T10 (81,3%). O aumento do CPV está diretamente associado à redução dos volumes de receita gerando uma menor diluição dos custos fixos de fabricação, principalmente os de pessoal. A Companhia decidiu, estrategicamente, pela manutenção do quadro de colaboradores neste período, no intuito de preservar e reter sua mão de obra qualificada e treinada para enfrentar o histórico crescimento nos volumes de produção e embarques observados a partir do próximo trimestre.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto da Kepler Weber no 1T11 totalizou R$ 10 milhões, valor 26,8% inferior aos R$ 13,7 milhões obtidos no mesmo trimestre do ano anterior.
A margem bruta foi de 16,5%, frente aos 18,7% do 1T10, esta queda de 2,2 p.p., é reflexo do acréscimo observado nos custos de fabricação.

Lucro Bruto (R$ mil) e Margem Bruta (%)



Despesas Operacionais

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram em 17,7%, totalizando R$ 4,5 milhões, quando comparadas ao 1T10, que foram de R$ 3,9 milhões. Este acréscimo é decorrente de maiores gastos com feiras, exposições, publicidade e propaganda, devido à política comercial da Companhia em campanhas e ações de *Marketing*.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas apresentaram um acréscimo de 24,5% em relação ao ano anterior (R$ 5,3 milhões no 1T10 e R$ 6,7 milhões no 1T11). Este acréscimo é decorrente da adequação de despesas anteriormente diluídas e que foram concentradas nesta rubrica a partir deste exercício, além dos efeitos de crescimento inflacionário observado ao longo deste período que afetaram, principalmente, os gastos com pessoal.

Despesas Operacionais (R$ mil)	1T11	1T10	Var (%)
Despesas com Vendas	**(4.546)**	**(3.863)**	**17,7%**
% Receita Líquida	*7,5%*	*5,3%*	*2,2 p.p.*
Despesas Gerais e Administrativas	**(6.661)**	**(5.350)**	**24,5%**
% Receita Líquida	*11,0%*	*7,3%*	*3,7 p.p.*
Despesa Total	**(11.207)**	**(9.213)**	**21,6%**

Receitas Financeiras

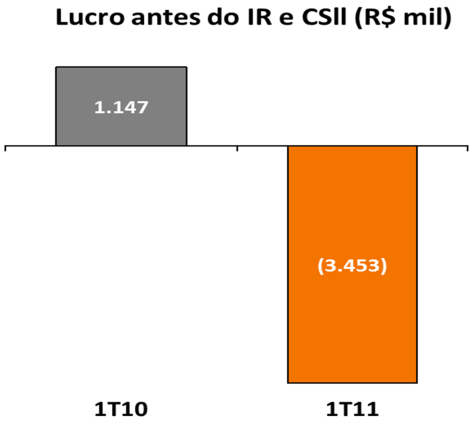
As receitas financeiras totalizaram R$ 4,0 milhões no 1T11, valor aproximado ao realizado no mesmo período de 2010. Neste trimestre a Companhia obteve receitas de aplicações financeiras superiores ao 1T10 (R$ 1,4 milhão), e variações cambiais e monetárias ativas menores em R$ 1,2 milhão, quando analisadas e comparadas no mesmo período.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras no 1T11 totalizaram R$ 5 milhões, 27,7% inferiores ao montante gerado em 2010 (R$ 6,9 milhões). Neste trimestre a Companhia obteve ganhos em variações cambiais e monetárias passivas de R$ 1,3 milhão, superiores ao 1T10 devido à desvalorização do Real frente ao Dólar no período, além da redução dos encargos sobre empréstimos pelo menor nível de endividamento (R$ 0,3 milhão).

Resultado Financeiro (R$ mil)	1T11	1T10	Var (%)
Receitas Financeiras	**4.051**	**3.988**	**1,6%**
% Receita Líquida	*6,7%*	*5,4%*	*1,2 p.p.*
Despesas Financeiras	**(4.990)**	**(6.904)**	**-27,7%**
% Receita Líquida	*8,2%*	*9,4%*	*-1,2 p.p.*
Resultado Financeiro Total	**(939)**	**(2.916)**	**-67,8%**

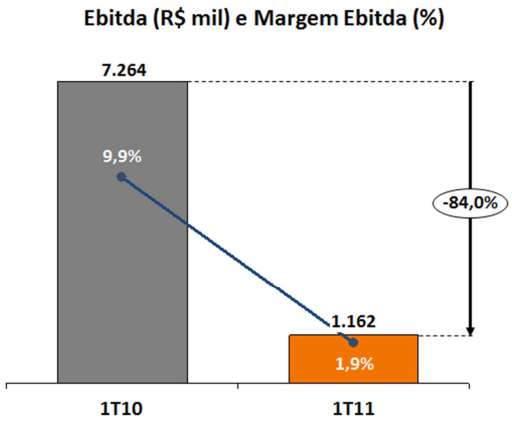
Lucro antes do IR e Contribuição Social



A Kepler Weber apresentou no 1T11, um prejuízo antes do IR e Contribuição Social de R$ 3,4 milhões, frente ao lucro de R$ 1,1 milhão no 1T10. Este resultado reflete a não diluição das despesas operacionais fixas pela Receita Líquida, que foi menor em relação ao mesmo período de 2010.

EBITDA

O EBITDA da Companhia foi de R$ 1,2 milhão no 1T11, com margem EBITDA sobre a Receita Líquida de 1,9%, ante o resultado de R$ 7,3 milhões com margem de 9,9% obtida no mesmo trimestre do ano anterior.

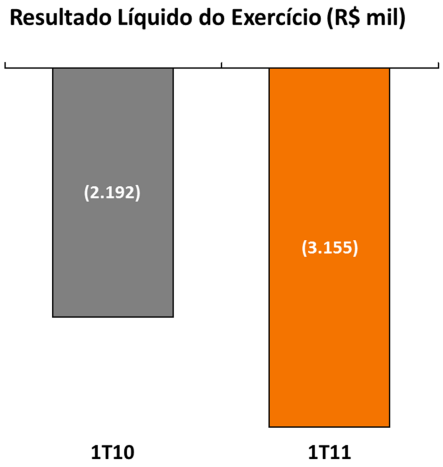


Resultado Líquido (R$ mil)	1T11	1T10	Var (%)
Lucro do Exercício	(3.155)	(2.192)	43,9%
(+) Provisão para IR e CS - Corrente e Diferido	(298)	2.511	n/a
(-) Receitas Financeiras	(4.051)	(3.988)	1,6%
(+) Despesas Financeiras	4.990	6.904	-27,7%
(+) Depreciações a Amortizações	3.676	4.029	-8,8%
EBITDA	1.162	7.264	-84,0%



Resultado Líquido

Como resultado dos efeitos mencionados anteriormente, a Kepler Weber apresentou prejuízo líquido de R$ 3,2 milhões no 1T11, frente ao prejuízo líquido de R$ 2,2 milhões no 1T10.



Disponibilidades

A Kepler Weber diminuiu suas disponibilidades no 1T11 em comparação com o final do ano de 2010 em R$ 7,7 milhões (-6,6%). Esta diminuição esta atrelada as amortizações das debêntures, do FINEN e das linhas de EXIM Pré-embarque, que somaram no período R$ 7 milhões.

Houve também no período investimentos em aquisições do imobilizado, no valor de R$ 3 milhões e o aumento dos estoques em relação a 2010 de R$ 11,9 milhões.

Endividamento

O endividamento total da Companhia foi reduzido em 3,8%, reflexo das amortizações das debêntures, do FINEM e das linhas de EXIM Pré-embarque. Da dívida total consolidada, as debêntures correspondem a 67%, (66,2% em 2010), a linha de FINEM do BNDES a 22,1% (22,2% em 2010), e as linhas de EXIM Pré-Embarque a 10,4% (11,6% em 2010).

O endividamento líquido aumentou 3%, devido ao uso das disponibilidades da Companhia pela não geração operacional de caixa suficiente (R$ 1,4 milhão) para cobrir as amortizações e aquisições realizadas no período.

Endividamento (R$ mil)	1T11	2010	Var (%)
EXIM Pré-Embarque	14.388	16.061	-10,4%
FINEM	6.070	6.086	-0,3%
Debêntures	11.460	11.472	-0,1%
Curto Prazo	**31.918**	**33.619**	**-5,1%**
EXIM Pré-Embarque	2.088	3.072	-32,0%
FINAME BRDE	888	-	n/a
FINEM	28.831	30.431	-5,3%
Ações Preferenciais Classe "B"	12	12	0,0%
Debêntures	94.477	97.348	-2,9%
Longo Prazo	**126.296**	**130.863**	**-3,5%**
Endividamento Total	**158.214**	**164.482**	**-3,8%**
Disponibilidades	**(108.323)**	**(116.025)**	**-6,6%**
Endividamento Líquido	**49.891**	**48.457**	**3,0%**



Investimentos

Os investimentos realizados pela Kepler Weber no 1T11 totalizaram R$ 3,0 milhões, representando uma diminuição de 18,9% quando comparados ao 1T10 (R$ 3,7 milhões). Os investimentos realizados foram destinados à modernização do parque industrial (R$ 1,8 milhão), às melhorias em prédios e instalações (R$ 0,1 milhão), à aquisição de *softwares* e equipamentos de informática (R$ 0,8 milhão), e às melhorias de segurança no trabalho (R$ 0,3 milhão).

Do total investido R$ 2,1 milhões foram executados através de recursos próprios e 0,9 milhão através de linhas de financiamento Finame PSI.

Governança Corporativa

Com o intuito de manter um relacionamento transparente da Companhia com o mercado, assim como, de estreitar a relação com os investidores, diversas ações vêm sendo executadas, dentre elas: o envio de *mailing* com informações relevantes aos acionistas e analistas, renovação do *website* de Relações com Investidores e realização de eventos nas principais capitais do país através da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC).

Com base nestas ações, a Companhia procura atender os investidores prestando informações mais detalhadas do seu desempenho econômico, financeiro e operacional.

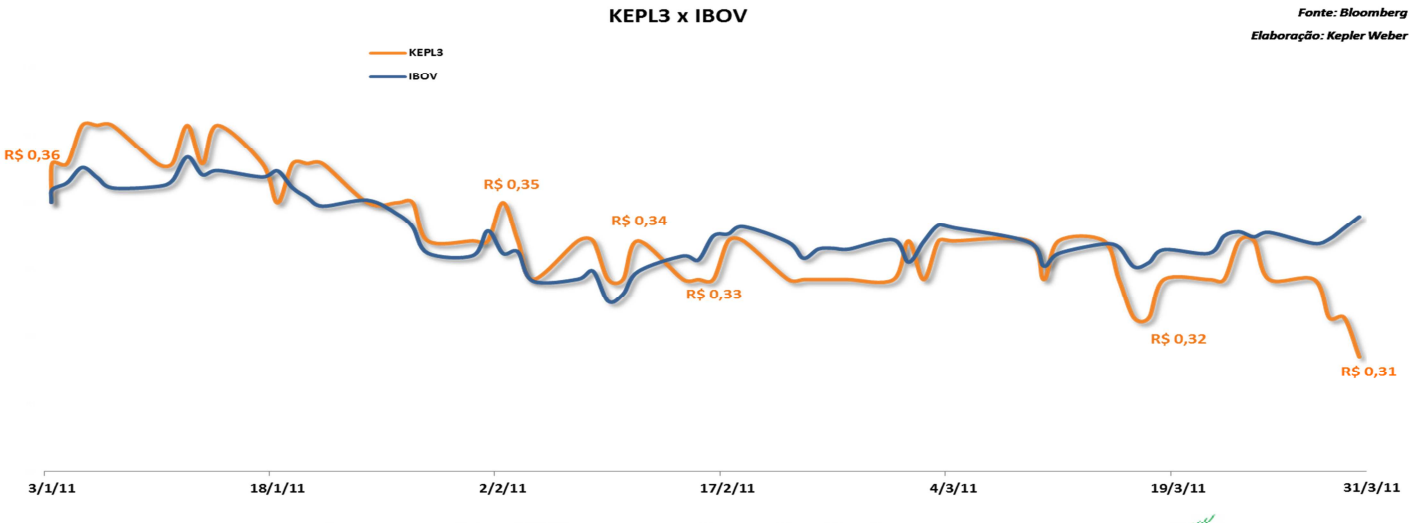
O Conselho de Administração é composto por sete membros, sendo quatro independentes, que se reúnem mensalmente.

O Conselho Fiscal, órgão de caráter permanente, é composto por três membros, e se reúne a cada 90 dias.

A Kepler Weber possui um código de ética e conduta, com o objetivo de estabelecer parâmetros para o cumprimento das políticas, procedimentos, regulamentos e normas da Companhia.

Mercado de Capitais

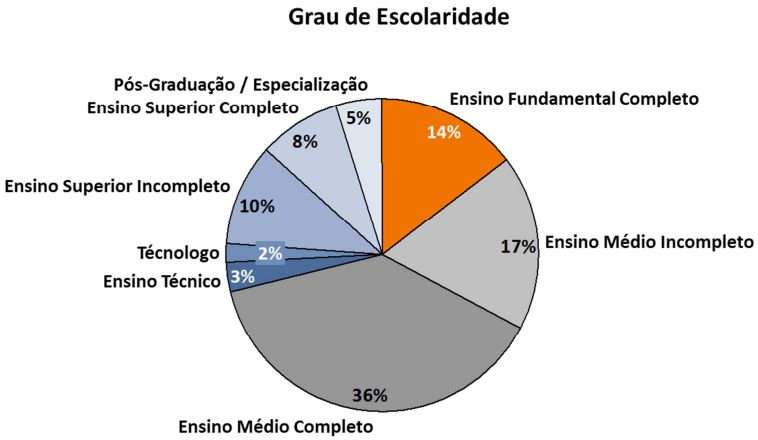
As ações da Kepler Weber iniciaram o ano de 2011 cotadas a R$ 0,36/ação e apresentaram uma desvalorização de 13,9%, fechando o primeiro trimestre de 2011 com um volume financeiro médio diário de R$ 1,7 milhão, cotadas a R$ 0,31/ação em 31 de março de 2011.



Recursos Humanos

A Kepler Weber, em linha com seus objetivos estratégicos, investiu no desenvolvimento e na qualificação de suas equipes. Durante o 1º trimestre de 2011, realizou 12 horas de treinamento por colaborador, superando em 67% a quantidade de horas por colaborador no mesmo período de 2010.

A Companhia fechou o período com 1.325 colaboradores, 13% a mais que o mesmo período do ano anterior, que foi de 1.171.



Alinhado ao modelo de Gestão por Competências a empresa continua investindo no desenvolvimento da sua equipe de gestão, principalmente no que se refere às competências das lideranças com foco em resultados. E está investindo também na preparação e desenvolvimento de futuros gestores por meio de uma “Escola de Líderes” e ainda implantou o “Programa de Subsídios” a cursos de Pós Graduação/MBA e Idiomas com o objetivo de preparar as equipes para o processo de desenvolvimento e crescimento da Companhia.

Responsabilidade Ambiental

A Kepler Weber está comprometida em desenvolver seus negócios de maneira ambientalmente responsável, pois entende os recursos naturais como um bem comum. Para tanto, desenvolve iniciativas focadas em educação ambiental e na redução e reutilização de resíduos industriais.

Dentre estas iniciativas estão o sistema implantado de coleta seletiva, o treinamento e orientação dos colaboradores sobre meio ambiente, a central de tratamento de efluentes, o gerenciamento de resíduos sólidos realizado na central de resíduos, com armazenamento e destinação adequados. Unindo a responsabilidade e a consciência de preservar o meio ambiente, a Companhia está em constante busca de novas soluções e práticas de preservação.

Auditoria Externa

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Kepler Weber informa que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, prestaram somente serviços relacionados à auditoria independente no exercício dos anos de 2009 e 2010, e também no exercício corrente.



Sobre a Kepler Weber

A Kepler Weber S.A. (BM&FBovespa: KEPL3), atua no segmento de sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, onde é líder de mercado no Brasil e considerada uma das maiores fornecedoras deste segmento na América Latina. O Grupo Kepler Weber conta com duas plantas fabris, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. O Grupo também atua nos segmentos de equipamentos para armazenagem especial (terminais portuários), fornecendo soluções customizadas para seus clientes.

Relações com Investidores

Nolci Santos
Diretor Adm./Fin. e de RI

Felipe Fontes
Analista de RI

Tel.: +55 (51) 3361-9615 e +55 (51) 3361-9661

E-mail: ri.kepler@kepler.com.br **Website:** www.kepler.com.br/ri

Porto Alegre/RS
Rua Dom Pedro II, 1351 - cj 401
São João | CEP: 90550-143
Fone: +55 51 3361.9600
Fax: +55 51 3341.8281

Panambi/RS - Unidade Fabril
Av. Adolfo Kepler Jr., 1500
Piratini | CEP: 98280-000
Fone/Fax: +55 55 3375.9800

Campo Grande/RS - Unidade Fabril
Av. Sólon Padilha, 4169 - BR262
Núcleo Industrial | CEP: 79108-550
Fone: +55 67 3368.9200
Fax: +55 67 3368.9146

Aviso Legal

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Kepler Weber são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, das aprovações e licenças necessárias para homologação dos projetos, condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio. O presente relatório de desempenho inclui dados contábeis e não contábeis tais como, operacionais, financeiros pro forma e projeções com base na expectativa da Administração da Companhia. Os dados não contábeis não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes da Companhia.

Notas Explicativas

Kepler Weber S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às informações trimestrais

Trimestre findo em 31 de março de 2011
(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Kepler Weber S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital aberto, possui sua sede localizada na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. Seu objeto social é exercido diretamente no que se refere às atividades de comércio exterior (*Trading Company*) e indiretamente, através de suas controladas, no que se refere às atividades operacionais e industriais de produção de sistemas de armazenagem e conservação de grãos (silos, secadores, máquinas de limpeza e seus componentes), instalações industriais, terminais portuários, peças de reposição e serviços de assistência técnica.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011, abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "a Companhia" e individualmente como "entidades da Companhia").

2 Entidades da Companhia

As informações trimestrais consolidadas incluem a controladora, Kepler Weber S.A., e suas controladas, estabelecidas no Brasil e a seguir relacionadas:

	Porcentagem da Participação	
	Mar/2011	**Dez/2010**
Kepler Weber Industrial S.A.	100%	100%
Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.	99,9975%	99,9975%

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes informações trimestrais incluem as informações contábeis intermediárias individuais preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e as informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo como CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim foram preparadas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o

Notas Explicativas

BR GAAP e, para o caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações trimestrais separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações trimestrais individuais. Assim sendo, as informações trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas e as informações trimestrais individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações trimestrais.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2011.

b. Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e assim reconhecidas nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 17 - classificação de propriedade para investimento

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 14 - impostos diferidos
- Notas 17 e 18 – vida útil de bens do ativo imobilizado e propriedades para investimento
- Nota 19 - recuperabilidade de custos de desenvolvimento
- Nota 26 - contingências

Notas Explicativas

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas informações trimestrais individuais e consolidadas.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades da Companhia e suas controladas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As informações trimestrais de controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas informações trimestrais individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com entidades investidas e registrado por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na entidade investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das entidades da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data

Notas Explicativas

da negociação, quando a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento

A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, exceto aquelas vinculadas à prestação de fianças, conforme mencionado na nota explicativa 10. O caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Notas Explicativas

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

A Companhia possui ações preferenciais de duas classes: A e B.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia.

Ações preferenciais de classe A e B não dão direito a voto e possuem as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital, e (b) conversibilidade, a qualquer momento, por opção dos seus respectivos titulares à época da conversão, em ações ordinárias na proporção de uma ação ordinária por cada ação preferencial.

Adicionalmente, as ações preferenciais de classe A gozarão do direito de receber um dividendo, por ação preferencial de classe “A”, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais de classe B possuíam condição de resgate obrigatório no caso de alienação do controle da controlada Kepler Weber Inox Ltda., imediatamente após sua alienação. De acordo com o Artigo 6°, Parágrafo 3° do Estatuto Social da Companhia caso a alienação do controle da controlada não tivesse ocorrido até 17 de agosto de 2010, ou os recursos arrecadados com a alienação sejam insuficientes para resgatar a totalidade das ações preferenciais de classe B, a condição de resgate seria automaticamente alterada, e o referido resgate passaria a ocorrer mensalmente na proporção de 1/120 avos do total das ações preferenciais de classe B em circulação em 17 de agosto de 2010 até o resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B” em circulação. Como a alienação do controle não ocorreu até esta data, o referido resgate passou a ocorrer mensalmente na proporção de 1/120 avos do total das ações preferenciais de classe “B” em circulação em 17 de agosto de 2010 até o resgate da totalidade das ações preferenciais de classe “B” em circulação.

Considerando a condição de resgate, as ações preferenciais de classe B foram classificadas como passivo financeiro, sendo reclassificadas posteriormente como capital social caso o detentor da ação utilize seu direito de conversão em ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Considerando a existência de prejuízos acumulados, não houve destinação de dividendos no trimestre.

Notas Explicativas

(iv) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pela Companhia abrangem debêntures conversíveis que podem ser convertidas em capital a critério do titular, e o número de ações a ser emitido não varia com as mudanças em seus valores justos.

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Eventuais custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivos e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é mensurado novamente após reconhecimento inicial.

Juros, dividendos, perdas e ganhos relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. As distribuições feitas para acionistas são reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de qualquer benefício fiscal.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

A Companhia e suas controladas optaram por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais .

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído e do consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Notas Explicativas

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização foi 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada como propriedade para investimento. A Companhia e suas controladas adotam a política de manter o método do custo para mensuração das propriedades para investimento.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e suas controladas irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Notas Explicativas

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Edificações e benfeitorias 50 anos
- Máquinas e equipamentos 25 anos
- Móveis e utensílios 10 anos
- Equipamentos de informática 5 anos
- Outros equipamentos 5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Ativos intangíveis

(i) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo nos ativos qualificáveis para os quais a data de início da capitalização foi 1º de janeiro de 2009 ou posterior. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iv) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão

Notas Explicativas

disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

- Custos de desenvolvimento capitalizados 5 anos

f. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário incluí os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada anteriormente no item (d) Imobilizado.

Uma propriedade para investimento nas informações trimestrais da controladora é reclassificada para o ativo imobilizado no balanço patrimonial consolidado quando a mesma é alugada para utilização no curso normal das operações de uma controlada incluída nas demonstrações consolidadas.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de matéria prima, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele

Notas Explicativas

evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições de que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individual são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

i. Ativo não circulante mantido para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. Nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado e propriedade para investimento, os quais continuam sendo mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurado são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Intangíveis e imobilizado quando classificados como mantidos para venda não são amortizáveis ou depreciáveis.

j. Benefícios a empregados

(i) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

(ii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Receita operacional

(i) Venda de bens

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja

Notas Explicativas

envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

(ii) Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das informações trimestrais. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

A Companhia e suas controladas estão envolvidas na venda de silos e equipamentos para armazenagem e, em determinadas situações, na montagem destes silos e equipamentos. Quando duas ou mais atividades geradoras de receita ou a entrega dos produtos vendidos são realizados sob um mesmo acordo, cada componente, que é considerado uma unidade de medida, é registrado individualmente. A alocação da contraprestação de receitas para cada componente é baseada nos valores justos relativos de cada componente. Caso o valor justo de um item entregue não seja mensurável de maneira confiável, então a receita operacional é alocada baseada na diferença entre a contraprestação total do acordo e o valor justo do item não entregue.

(iii) Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

m. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia e suas controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia e suas controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

n. Pagamento de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia e suas controladas definem se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o

Notas Explicativas

ativo caso o contrato transfira o direito a Companhia e suas controladas de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia e suas controladas separam, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras de uso restrito). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 60 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório (“RTT”), pela Companhia e suas controladas, facultativo nos exercícios anteriores a 2008 e 2009 e obrigatório a partir do ano-calendário 2010, conforme Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09 que converteu a Medida Provisória nº 449/08. Os efeitos fiscais temporários, quando aplicável, gerados por RTT estão apurados e apresentados no imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Operações descontinuadas

Uma operação descontinuada é um componente do negócio da Companhia e suas controladas que representa uma importante linha de negócio individual ou área geográfica de operações que foi alienada, ou está mantida para venda, ou que é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vistas à revenda. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de resultados abrangentes são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

r. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

s. Segmento operacional

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia e suas controladas. A Administração da Companhia considera todas as operações da Companhia e suas controladas em um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho.

Outras informações, como informações sobre produto e serviço, informações sobre área geográfica e informações sobre os principais clientes são divulgados conforme requeridos no CPC 22 e IFRS 8.

t. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas

u. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor no trimestre findo em 31 de março de 2011, sendo essas:

- Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais
- Aperfeiçoamento do IFRS 2010
- Instrumentos financeiros IFRS 9
- Pagamentos antecipados de exigências mínimas de financiamento (modificações do IFRIC 14)
- Classificação de direitos (modificações do IAS 32)

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia e suas controladas não estimaram a extensão do impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

5 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

6 Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional
- risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Notas Explicativas

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração, gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações trimestrais.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte falhe em cumprir com suas obrigações financeiras contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia e suas controladas de clientes e de outros créditos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta analise é efetuada através de um Comitê de Crédito. As aprovações de créditos são estabelecidas para cada cliente de acordo com a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Companhia e suas controladas e avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, localização geográfica, tipo de indústria, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores, incluindo se são pessoa física, produtores agrícolas, ou, jurídica, cooperativas agrícolas, e trading companies.

A Companhia e suas controladas operam basicamente com vendas sob encomenda de clientes finais, firmadas mediante contrato e com pagamentos parciais de acordo com os eventos físicos. Adicionalmente, parte das vendas é efetuada através de linhas de financiamentos cujo tomador é o próprio cliente e o risco de crédito é do agente financeiro.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável e que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos quando aplicável.

Notas Explicativas

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas constantemente monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional e na otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia e suas controladas garantem que possuem saldo em tesouraria suficientes para superar suas necessidades de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, impactam nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas atuam no mercado externo, sendo suas vendas utilizadas como lastro nas operações com moeda estrangeira. Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano.

Derivativos

A Companhia e suas controladas possuem política de eliminação dos riscos de mercado, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto referem-se a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *Non Deliverable Forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento, conforme demonstrado na nota explicativa 28.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures com taxas de juros variáveis, principalmente CDI, TJLP e Cesta de Moedas (UMBND).

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e suas controladas e dos demais insumos utilizados no processo de

Notas Explicativas

produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Exposição a preços de matéria prima

O aço é a matéria-prima principal da Companhia e suas controladas e tem seus preços expostos a flutuações do mercado nacional e internacional.

Em relação ao mercado local, a Companhia e suas controladas procuram repassar essas oscilações de preço da matéria-prima tendo em vista uma perspectiva de médio e longo prazo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas realizam para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de

Notas Explicativas

empréstimos, financiamento e debêntures.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do trimestre é apresentada a seguir:

Controladora	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Total do passivo	139.891	140.675
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(16)	(2.360)
Dívida líquida (A)	**139.875**	**138.315**
Total do patrimônio líquido (B)	265.505	268.653
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (A/B)	53%	51%

Consolidado	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Total do passivo	272.754	283.419
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(108.323)	(116.025)
Dívida líquida (A)	**164.431**	**167.394**
Total do patrimônio líquido (B)	265.505	268.653
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 (A/B)	62%	62%

7 Informações por segmento

A Administração da Companhia considera todas as suas operações como um mesmo segmento operacional para decisões sobre os recursos a serem alocados e para avaliação de seu desempenho.
Para informações de receita sobre produtos e serviços, a Companhia divulga os seguintes produtos e serviços agregados: armazenagem, armazenagem especial, peças e serviços e exportação. A operação Inox não está mais em continuidade e seus ativos estão classificados como ativos mantidos para venda.

a. Informações sobre produtos e serviços (consolidado)

As receitas para cada grupo de produtos e serviços relevantes está apresentada abaixo:

	Consolidado	
	Mar/2011	**Mar/2010**
Armazenagem	36.123	50.283
Armazenagem especial	8.393	3.986
Exportações	12.864	16.556
Peças e serviços	3.338	2.419
Total	**60.718**	**73.244**

Notas Explicativas

b. Informações geográficas

Todos os ativos da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. As receitas líquidas internas e externas por país ou região geográfica relevantes estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010
Mercado doméstico	48.252	56.688
Uruguai	4.395	2.417
Paraguai	1.782	2.800
Venezuela	-	7.522
Chile	1.296	339
Bolívia	48	626
Argentina	1.172	151
República Dominicana	38	1.445
Equador	1.207	1.012
Peru	500	236
Estados Unidos	689	-
Guiana	469	5
Angola	639	2
Portugal	-	1
Uganda	117	-
Moçambique	114	-
Total	**60.718**	**73.244**

c. Informações sobre principais clientes

As receitas líquidas do principal cliente da Companhia e suas controladas representam aproximadamente 9,3 %, montando em R$ 5.625 (1º trimestre de 2010: 8,2% R$ 6.144) do total das receitas da Companhia e suas controladas. Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles representa mais de 5% da receita líquida total da Companhia e suas controladas.

8 Operações descontinuadas

No dia 28 de outubro de 2010 a controlada Kepler Weber Industrial S.A. incorporou a Kepler Weber Inox Ltda., empresa anteriormente controlada diretamente pela Kepler Weber S.A., com versão de seu patrimônio líquido a valor contábil. Posteriormente à incorporação, as operações da Kepler Weber Inox Ltda. foram descontinuadas, sendo que suas operações foram apresentadas separadamente em relação às operações em continuidade da Companhia e suas controladas. Os ativos incorporados não foram integralmente alienados até 31 de março de 2011 e foram classificados como ativos mantidos para venda conforme mencionado na nota explicativa 9. A administração desenvolveu um plano de venda desta divisão, seguindo uma decisão estratégica em focar nas capacidades-chave da Companhia e suas controladas.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Mar/11	Mar/10	Mar/11	Mar/10
Resultado das operações descontinuadas					
Receitas		-	-	-	1.454
Despesas		-	-	-	(2.282)
Resultado da equivalência patrimonial		-	(828)	-	-
Resultado antes dos impostos		-	-	-	(828)
Resultado do exercício		-	(828)	-	(828)

Notas Explicativas

O efeito no fluxo de caixa está demonstrado abaixo:

	Controladora e consolidado	
Fluxo de caixa de operações descontinuadas	**Mar/11**	**Mar/10**
Caixa líquido das atividades operacionais	-	7
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	-	7

9 Ativos mantidos para venda

Os ativos líquidos da operação Inox foram classificados como ativo mantido para venda, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2011
Ativo imobilizado	1.736
	1.736

10 Caixa e equivalentes de caixa

Circulante e equivalentes de caixa	**Controladora**		**Consolidado**	
	Mar/2011	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Caixa e bancos	16	21	136	1.598
Aplicações financeiras	-	2.339	108.187	114.427
	16	**2.360**	**108.323**	**116.025**

Não circulante	**Controladora**		**Consolidado**	
	Mar/2011	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Aplicações financeiras	3.364	3.277	3.364	3.277
	3.364	**3.277**	**3.364**	**3.277**

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas não possuem restrições para uso, com exceção da aplicação financeira de longo prazo, registrada no ativo não circulante, no valor de R$ 3.364, a qual foi vinculada a garantia de prestação de fiança, junto ao Banco do Brasil.

Aplicações financeiras

As aplicações são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB pós-fixados, os quais estão vinculados à variação de taxas dos certificados de depósitos interbancários – CDI e podem ser resgatados de acordo com as necessidades de recursos da Companhia e suas controladas, exceto aquelas vinculadas à prestação de fianças, conforme mencionado acima.

Notas Explicativas

	Taxa		Controladora		Consolidado	
			Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
CDB	20,0%	CDI	-	6	-	2.441
CDB	100,0%	CDI	3.364	5.610	33.011	32.424
CDB	100,2%	CDI	-	-	12.081	13.105
CDB	100,6%	CDI	-	-	585	570
CDB	100,8%	CDI	-	-	38	5.014
CDB	101,0%	CDI	-	-	3.161	3.079
CDB	101,3%	CDI	-	-	3.377	3.289
CDB	101,5%	CDI	-	-	4.876	4.749
CDB	102,0%	CDI	-	-	9.927	7.815
CDB	102,1%	CDI	-	-	7.440	7.245
CDB	102,5%	CDI	-	-	5.332	5.191
CDB	103,0%	CDI	-	-	6.780	6.600
CDB	104,0%	CDI	-	-	15.051	14.707
CDB	105,0%	CDI	-	-	1.402	1.364
CDB	110,0%	CDI	-	-	8.490	10.111
Total			**3.364**	**5.616**	**111.551**	**117.704**

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 28.

11 Contas a receber de clientes – circulante e não circulante

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**Mar/2011**	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Clientes a receber - mercado interno	-	-	14.538	28.841
Clientes a receber - exterior	645	660	5.110	7.665
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(541)	(554)	(3.452)	(3.690)
Ajuste a valor presente	-	-	(57)	(55)
Total	**104**	**106**	**16.139**	**32.761**

	Controladora		Consolidado	
Não circulante	**Mar/2011**	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Clientes a receber - mercado interno	-	-	4.588	5.088
Ajuste a valor presente	-	-	(329)	(394)
Total	**-**	**-**	**4.259**	**4.694**

O ajuste a valor presente é calculado para as operações de longo prazo, utilizando como base a diferença entre a taxa de correção por inflação considerada nas operações e a taxa total de juros projetado pela administração considerando as características da operação apresentada.

A taxa utilizada pela Companhia para operação de longo prazo objeto de ajuste a valor presente é calculada com base na diferença entre a taxa média pós fixada de outras operações financeiras de longo prazo contratadas pela Companhia e projeção de índice de correção monetária prevista contratualmente, por inflação. Para o trimestre findo em 31 de Março de 2011 esta taxa foi apurada em aproximadamente 4%.

Em 31 de março de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Valores vencidos				
Até 30 dias	-	-	5.386	4.772
31 a 60 dias	-	-	1.146	237
61 a 90 dias	-	-	1.366	297
91 a 120 dias	-	-	332	345
121 a 150 dias	-	-	219	42
151 a 180 dias	-	-	200	110
mais de 181 dias	645	660	2.558	4.433
	645	**660**	**11.207**	**10.236**
A vencer				
Até 30 dias	-	-	4.800	8.454
31 a 60 dias	-	-	1.102	12.159
61 a 90 dias	-	-	646	3.914
91 a 120 dias	-	-	355	4.320
121 a 150 dias	-	-	240	957
151 a 180 dias	-	-	311	224
mais de 181 dias		-	5.573	1.330
	-	**-**	**13.027**	**31.358**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(541)	(554)	(3.452)	(3.690)
Ajuste a valor presente	-	-	(384)	(449)
Total Líquído	**104**	**106**	**20.398**	**37.455**

Com base nas taxas de inadimplência históricas, a Administração acredita que nenhuma provisão para redução no valor recuperável é necessária com relação a contas a receber de clientes não vencidas ou vencidas até 30 dias, 96% do saldo, que inclui o montante devido pelos clientes mais importantes da Companhia e suas controladas, e estão relacionados a clientes que possuem um bom histórico de pagamento com a Companhia e suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 28.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Produtos acabados	-	-	37.306	28.656
Produtos em elaboração	-	-	3.090	2.409
Matérias-primas	-	-	37.097	34.398
Mercadorias para revenda	-	69	-	68
Provisão para perdas	-	-	(5.402)	(5.364)
Total	**-**	**69**	**72.091**	**60.167**

A Companhia e suas controladas constituem provisão para perdas calculada sobre os itens obsoletos ou de baixa rotatividade, apurados pelo seu valor realizável líquido, registrando-a diretamente no resultado do exercício (nota explicativa 32).

Em 31 de março de 2011, matérias primas, materiais de consumos e alterações de produtos acabados e estoques em processo, reconhecidos no custo do produto vendido, totalizavam R$ 28.326 (R$ 41.518 em 31 de março de 2010).

Notas Explicativas

13 Impostos a recuperar

Circulante	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	-	-	7.169	7.200
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	-	-	2.249	2.893
PIS/COFINS a recuperar	-	-	825	115
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica e CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	2.920	3.753	3.998	4.437
Outros	-	-	22	13
Total	**2.920**	**3.753**	**14.263**	**14.658**

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	-	-	18.681	18.681
PIS/COFINS a recuperar	-	-	152	153
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica e CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	-	-	160	254
Outros	-	-	100	100
Provisão ICMS cuja realização não está assegurada	-	-	(3.174)	(3.174)
Total	**-**	**-**	**15.919**	**16.014**

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- ICMS - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.
- A controlada Kepler Weber Industrial S.A. possui provisão para perda na realização de ICMS a recuperar no valor de R$ 3.174, em 31 de março de 2011 (R$ 3.174 em 31 de dezembro de 2010). O valor mencionado refere-se a créditos de ICMS, sobre os quais a Companhia não vislumbra possibilidade de realização neste momento. Dessa forma o saldo de créditos fiscais acumulados de ICMS está ajustado aos prováveis valores de realização, os quais estão suportados pelas projeções de faturamento e lucratividade para os próximos 10 anos e por ações que vêm sendo priorizadas no sentido de permitir a utilização dos créditos fiscais acumulados.

  Os estudos da Administração indicam que os saldos de ICMS a recuperar serão realizados conforme demonstrado a seguir:

Exercício	Valor	% de Realização
2011	7.169	31,5%
2012	7.200	31,8%
2013	7.200	31,8%
2014	1.107	4,9%
Total	**22.676**	**100%**

- COFINS, PIS e IPI a recuperar – decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas, utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados à alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação de outros tributos federais ou mediante pedidos de ressarcimento.

Notas Explicativas

- Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar – são decorrentes de impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras.

14 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico apreciado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

A partir de estudos realizados que revelam expectativas de lucros tributários para os próximos dez anos a controlada Kepler Weber Industrial S.A. passou a reconhecer em 2007, parte dos créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social sobre lucro líquido, apurados a partir de 2005. Em 31 de março de 2011, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos no ativo é de R$ 85.027 (R$ 85.027 em 31 de dezembro de 2010).

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente em 31 de março de 2011 na controlada Kepler Weber Industrial S.A. será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 10 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	Realização
2011	2.904	1.046	3.950	4,65%
2012	3.853	1.387	5.240	6,16%
2013	4.819	1.735	6.554	7,71%
2014	5.846	2.105	7.951	9,35%
De 2015 à 2019	45.091	16.241	61.332	72,13%
Total	**62.513**	**22.514**	**85.027**	**100,00%**

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Ativo não circulante				
Base negativa de imposto de renda e contribuição	-	-	85.027	85.027
Total	**-**	**-**	**85.027**	**85.027**
Passivo não circulante				
Reserva de reavaliação a realizar	1.112	1.115	1.231	1.234
Ajuste de avaliação patrimonial	19.265	19.397	31.964	32.263
Reserva de bônus debêntures	1.588	1.588	1.588	1.588
Depreciação vida útil	77	77	2.744	2.744
Capitalização de juros	-	-	264	264
Total	**22.042**	**22.177**	**37.791**	**38.093**

As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os exercícios demonstrados foram integralmente reconhecidos no resultado.

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal a compensar e base negativa da contribuição social, que não foram base de registro de imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	Base negativa de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Kepler Weber S.A. (controladora)	(97.330)	(33.092)
Kepler Weber Industrial S.A. (controlada) - parcela não reconhecida	(60.986)	(20.735)

Além dos montantes acima, as seguintes diferenças temporárias não foram reconhecidas pela Companhia e suas controladas:

Controladora	Diferenças temporárias não reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para devedores duvidosos	541	184
Provisão de comissões a pagar	11	4
Provisão para contingências	213	72
Total	**765**	**260**

Notas Explicativas

Consolidado	Diferenças temporárias não reconhecidas de imposto de renda e contribuição social	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Provisão para devedores duvidosos	3.452	1.174
ICMS parcela não realizável	3.174	1.079
Provisão para obsolecência de estoques	5.402	1.837
Provisão de comissões a pagar	907	308
Provisão de fretes a pagar	778	265
Provisão para contingências	6.139	2.087
Provisão de garantias	529	180
Outras provisões	1.930	656
Total	**22.311**	**7.586**

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a estes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

15 Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R$ 4.190 em 31 de março de 2011 (R$ 4.138 em 31 de dezembro de 2010) relativos a demandas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas.

16 Investimentos

A Kepler Weber S.A. (controladora) possui investimentos nas seguintes empresas:

Kepler Weber Industrial S.A., sediada em Panambi (RS), e com filial em Campo Grande (MS), que efetua a industrialização e a comercialização de sistemas de armazenagem e conservação de grãos, tais como: silos, secadores, componentes, peças e acessórios, equipamentos para maltaria e cervejaria, representação comercial, importação, exportação e comércio de peças de reposição. Kepler Weber Peças e Serviços Ltda., sediada em Panambi (RS), que efetua a comercialização de peças, representação, intermediação e prestação de serviços. No momento e durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 esta controlada não operou.

Notas Explicativas

Os investimentos em controladas apresentam a seguinte movimentação:

a. Informações de controladas

	31/03/2011	
	Kepler Weber Industrial S.A.	**Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.**
Participação	100%	99,9975%
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	399.990
Ativos circulantes	214.642	-
Ativos não circulantes	249.537	2.087
Total de ativos	464.179	2.087
Passivos circulantes	81.436	-
Passivos não circulantes	56.109	-
Total de passivos	137.545	-
Patrimônio líquido	326.634	2.087
Receita	60.718	-
Despesas	60.815	-
Prejuízo operações normais	(97)	-
Equivalência patrimonial	(97)	-

	31/12/2010	
	Kepler Weber Industrial S.A.	**Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.**
Participação	100%	99,9975%
Quantidade de ações ou quotas	256.733.319	399.990
Ativos circulantes	222.361	-
Ativos não circulantes	250.091	2.087
Total de ativos	472.452	2.087
Passivos circulantes	88.147	-
Passivos não circulantes	57.574	-
Total de passivos	145.721	-
Patrimônio líquido	326.731	2.087
Receita	366.081	-
Despesas	328.390	-
Lucro ou prejuízo operações normais	37.691	-
Lucro ou prejuízo operações descontinuadas	(2.232)	-
Equivalência patrimonial	35.459	-

Notas Explicativas

b. Movimentação dos investimentos

	Kepler Weber Industrial S.A.	Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.	Kepler Weber Inox Ltda.	Total
Saldo no início em 01/01/2010	**294.552**	**2.086**	**15.741**	**312.379**
Distribuição de dividendos	-	-	(10.647)	(10.647)
Incorporação da Kepler Weber Inox Ltda.	2.862	-	(2.862)	-
Juros sobre capital próprio	(8.374)	-	-	(8.374)
Lucro líquido do exercício	37.691	-	(2.232)	35.459
Saldo final em 31/12/2010	**326.731**	**2.086**	**-**	**328.817**
Prejuízo do exercício	(97)	-	-	(97)
Saldo final em 31/03/2011	**326.634**	**2.086**	**-**	**328.720**

17 Propriedades para investimento

a. Composição de propriedades para investimento

A composição do saldo de propriedades para investimento está demonstrada abaixo:

	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Controladora			
				Mar/2011	Dez/2010
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	20.117	-	20.117	20.117
Prédios e benfeitorias	2%	51.013	(3.715)	47.298	47.750
Instalações	10%	941	(565)	376	514
Total		**72.071**	**(4.280)**	**67.791**	**68.381**

	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Consolidado			
				Mar/2011	Dez/2010
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	9.295	-	9.295	9.295
Prédios e benfeitorias	2%	4.177	(165)	4.012	4.034
Total		**13.472**	**(165)**	**13.307**	**13.329**

b. Movimentação do valor residual líquido de propriedades para investimento

	Controladora	Consolidado
	Mar/2011	Mar/2011
Saldo inicial	**68.381**	**13.329**
Depreciação	(590)	(22)
Saldo final	**67.791**	**13.307**

Não houve adições ou baixas em propriedades para investimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2011.

Na controladora, as propriedades para investimento incluem imóveis arrendados para a controlada Kepler Weber Industrial S.A. e imóveis comerciais que são arrendados para

Notas Explicativas

terceiros. No consolidado estão registrados somente os imóveis arrendados para terceiros. Os períodos de arrendamento variam de acordo com os contratos firmados com os arrendatários. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

A Companhia adotou o custo atribuído para mensuração das propriedades para investimento em 1º de janeiro de 2009.

Considerando que não houve variações substanciais nas premissas utilizadas para mensuração do valor justo das propriedades para investimentos utilizados na adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, os valores apresentados pelo método de custo estão mensurados a valores próximos do valor justo em cada data base.

Em 01 de janeiro de 2009 a média de vida útil remanescente estimada foi de 28 anos.

Terrenos onde estão localizados as edificações arrendadas não são depreciáveis.

Em relação às propriedades arrendadas, no consolidado, a Companhia reconheceu receitas de aluguel no montante de R$ 63 no trimestre findo em 31 de março 2011 (R$ 54 em 31 de março 2010) no caso de propriedades para investimento alugadas para terceiros.

18 Imobilizado

a. Composição do ativo imobilizado

A composição do ativo imobilizado em 31 de março 2011 está apresentada a seguir:

	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Controladora			
				Mar/2011	Dez/2010
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Máquinas e equipamentos	7%	260	(260)	-	-
Móveis e utensílios	10%	235	(212)	23	26
Equipamentos de informática	21%	320	(320)	-	-
Total		**815**	**(792)**	**23**	**26**

	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Consolidado			
				Mar/2011	Dez/2010
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Terrenos	-	11.262	-	11.262	11.262
Prédios e benfeitorias	2%	98.246	(23.924)	74.322	75.200
Instalações	10%	18.240	(12.267)	5.973	6.375
Máquinas e equipamentos	7%	134.529	(58.500)	76.029	77.157
Móveis e utensílios	10%	4.599	(3.215)	1.384	1.465
Veículos	18%	221	(163)	58	60
Equipamentos de informática	21%	7.016	(6.775)	241	385
Imobilizações em andamento	-	15.073	-	15.073	12.786
Total		**289.186**	**(104.844)**	**184.342**	**184.690**

Notas Explicativas

b. Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Companhia e suas controladas está apresentada abaixo:

	Controladora		
	Mar/2011		
Itens	Valor residual líquido em 31/12/2010	Depreciação	Valor residual líquido em 31/03/2011
Móveis e utensílios	26	(3)	23
Total	**26**	**(3)**	**23**

	Consolidado				
					Mar/2011
	Valor residual líquido em 31/12/2010	Adições	Depreciação	Transferências	Valor residual líquido em 31/03/2011
Terrenos	11.262	-			11.262
Prédios e benfeitorias	75.200	-	(878)	-	74.322
Instalações	6.375	-	(402)	-	5.973
Máquinas e equipamentos	77.157	-	(1.293)	165	76.029
Móveis e utensílios	1.465	-	(81)	-	1.384
Veículos	60	-	(2)	-	58
Equipamentos de informática	385	-	(144)	-	241
Imobilizações em andamento	12.786	2.469	-	(182)	15.073
Total	**184.690**	**2.469**	**(2.800)**	**(17)**	**184.342**

c. Reavaliações de anos anteriores

	Controladora					
			Mar/2011			Dez/2010
	Valor reavaliado	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	3.069	-	3.069	3.069	-	3.069
Prédios	7.031	(6.623)	408	7.031	(6.603)	428
Total	**10.100**	**(6.623)**	**3.477**	**10.100**	**(6.603)**	**3.497**

	Consolidado					
			Mar/2011			Dez/2010
	Valor reavaliado	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor reavaliado	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Terrenos	3.419	-	3.419	3.419	-	3.419
Prédios	7.579	(6.623)	956	8.190	(7.214)	976
Total	**10.998**	**(6.623)**	**4.375**	**11.609**	**(7.214)**	**4.395**

Reavaliações de anos anteriores referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991 na controladora.

Os montantes referentes a terrenos e edificações classificados como propriedades para investimento estão apresentado na nota explicativa 17.

Notas Explicativas

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre os montantes de ajustes de custos atribuído, registrados em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, estão constituídas às alíquotas vigentes e estão registradas no passivo não circulante.

Garantia

O valor contábil dos bens em garantia 31 de março de 2011 totaliza R$ 53.012, e destes, R$ 42.158 como garantia de empréstimos e financiamentos e R$ 10.854 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio (em 31 de dezembro de 2010 totalizava R$ 50.621, R$ 39.950 como garantia de empréstimos e financiamentos e R$ 10.671 decorrentes de processos fiscais, trabalhistas e cíveis em litígio).

Bens como operações temporariamente paralisadas

Em 31 de março de 2011, há bens do ativo imobilizado da controlada Kepler Weber Industrial S.A. com valor residual de R$ 8.950 que se encontram com suas operações temporariamente paralisadas (R$ 8.850 em 31 de dezembro de 2010). As projeções dos valores de recuperação não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes na recuperação dos saldos destes ativos.

Ociosidade do ativo imobilizado

Em 31 de março de 2011, a ociosidade do imobilizado da entidade da Companhia Kepler Weber Industrial S.A. montou em R$ 175 (R$ 583 em 31 de março de 2010). Este montante foi registrado no resultado do exercício como despesa. (nota explicativa 32).

Imobilizado em andamento

Imobilizado em andamento refere-se a R$ 15.073. Tais montantes incluem custos de empréstimos capitalizados. No trimestre findo em 31 de março de 2011, os custos de empréstimos capitalizados relacionados a imobilizado em andamento totalizavam R$ 367, com taxa média de capitalização de 8% (R$ 367 em 31 de dezembro de 2010, com taxa média de capitalização de 8%).

19 Intangível

a. Composição do intangível

A composição do ativo intangível em 31 de março de 2011 está apresentada a seguir:

	Taxa de amortização % a.a.	Controladora		
			Mar/2011	Dez/2010
		Custo	Valor líquido	Valor líquido
Itens				
Marcas e patentes	-	1.280	1.280	1.280
Total do Intangível		**1.280**	**1.280**	**1.280**

Notas Explicativas

	Taxa de amortização % a.a.	Consolidado			
				Mar/2011	Dez/2010
		Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Itens					
Desenvolvimento de produtos	20%	11.997	(6.985)	5.012	4.980
Marcas e patentes	-	1.282	-	1.282	1.282
Softwares e Licenças	20%	8.590	(4.559)	4.031	4.204
Total do Intangível		**21.869**	**(11.544)**	**10.325**	**10.466**

b. Movimentação do custo e amortização

A movimentação de custo e amortização de intangível para saldos consolidados estão apresentados abaixo:

	Consolidado			
	Valor residual líquido em 31/12/2010	Adições	Amortização	Valor residual líquido em 31/03/2011
Desenvolvimento de produtos	4.980	476	(444)	5.012
Marcas e patentes	1.282	-	-	1.282
Softwares e Licenças	4.204	-	(173)	4.031
Total	**10.466**	**476**	**(617)**	**10.325**

20 Empréstimos e financiamentos

		Consolidado			
		Mar/2011		Dez/2010	
Itens	Encargos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional					
Ações Preferenciais classe B	TJLP + 3,8% a.a.	-	12	-	12
EXIM	4,5 % a.a.	14.389	2.088	16.061	3.072
BRDE - FINAME	4,5 % a.a.	-	888	-	-
BNDES - FINEM	UMBND + 4% a.a.	715	3.398	732	3.660
BNDES - FINEM	TJLP + 1% a.a.	137	653	137	687
BNDES - FINEM	TJLP + 4% a.a.	5.217	24.780	5.217	26.084
Total		**20.458**	**31.819**	**22.147**	**33.515**

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
UMBND - Cesta de Moedas do BNDES

Notas Explicativas

Ano de Vencimento	Consolidado Mar/2011
2012	6.462
2013	6.384
2014	6.181
2015	6.180
2016 a 2021	6.612
Total	**31.819**

- **BNDES - FINEM** - teve como finalidade principal a construção da fábrica em Campo Grande (MS) e a aquisição de máquinas e equipamentos para a mesma, tendo como garantia as instalações da unidade de Panambi (RS) e as instalações financiadas. Como parte do acordo de investimento e reestruturação da Companhia, em 23 de setembro de 2007, foi renegociado o prazo de pagamento da dívida da controlada com o BNDES, passando o vencimento final para 2017, com carência de pagamento do principal nos 2 (dois) primeiros anos e de juros no primeiro ano. Os contratos de financiamentos estão subdivididos em 5 (cinco) sub-créditos, atualizados parte pela cesta de moedas do BNDES, calculada com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos, e parte pela variação da TJLP, acrescida de juros de 1% a 4% a.a.

OPERAÇÃO	FINALIDADES
Sub-crédito A e B – Valor inicial – R$19.428	Implantação da unidade industrial para fabricação de equipamentos e de silos para armazenagem de grãos, com capacidade de processar 50.000 toneladas de aço por ano, localizada no município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul;
Sub-crédito C e D – Valor inicial – R$ 21.209	Pagamento de até 80% das máquinas e equipamentos nacionais adquiridos pela controlada Kepler Weber Industrial, que se enquadrem nos critérios da FINAME;
Sub-crédito E – Valor inicial – R$ 900	Construção do conjunto composto de 100 unidades habitacionais, centro comunitário, quadra poliesportiva, praça e play-ground, implantado em parceria com a Prefeitura Municipal de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.

- **EXIM PRÉ-EMBARQUE** – objetivando financiamento de exportações a Companhia contratou quatro linhas de contrato de EXIM Pré-Embarque que totalizaram R$ 16.477 em 31 de março de 2011 (R$ 19.133 em 31 de dezembro de 2010), com taxas de juros de 4,5% a.a. pré-fixada. A três primeiras operações estão sendo amortizadas mensalmente, tendo seus vencimentos para maio de 2011, janeiro de 2012 e janeiro de 2013, e a quarta operação, de R$ 7.540, tem seu vencimento final em agosto de 2011.

Valor original dos bens concedidos em garantia dos empréstimos e financiamentos**:**

	Consolidado	
	Mar/2011	**Dez/2010**
Hipoteca de máquinas e equipamentos	19.999	19.999
Hipoteca de imóveis	19.951	19.951
Máquinas e equipamentos alienados junto a instituições financeiras	2.208	-
Total	**42.158**	**39.950**

Notas Explicativas

A linha de empréstimo denominada EXIM Pré-Embarque, contratada pela controlada Kepler Weber Industrial S.A. está avalizada pela controladora, através da emissão de notas promissórias que em 31 de março de 2011 montam em R$ 15.000.

21 Debêntures

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de setembro de 2007, foi aprovada a emissão em série única de 154.168 (cento e cinquenta e quatro mil cento e sessenta e oito) debêntures simples da forma nominativa e escritural, no valor total de R$ 139.999, ao valor nominal unitário de R$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos), na data de emissão, cujos recursos foram utilizados para quitar as dívidas com credores financeiros que não subscreveram ações da Companhia e para fortalecimento de caixa.

As debêntures têm o prazo de 13 anos, com carência do principal nos 3 (três) primeiros anos. Serão amortizadas em 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 15 de novembro de 2010. As debêntures são remuneradas a uma taxa equivalente à TJLP acrescida de um *spread* de 3,8% ao ano ("Taxa de Juros"). O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% ao ano será capitalizado, dia a dia, a partir da data de emissão até a data do vencimento das debêntures. O vencimento dos juros remuneratórios está ocorrendo trimestralmente, a partir de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2010 e mensalmente a partir de então até o último vencimento em 15 de outubro de 2020. Em 31 de março de 2011, o saldo das debêntures totalizou R$ 105.937 (R$ 108.820 em 31 de dezembro de 2010).

Do total das debêntures emitidas, houve a adesão de R$ 138.745 até 31 de dezembro de 2007, e o saldo restante, no montante de R$ 1.254, foi adquirido pelo mercado no exercício de 2008, totalizando R$ 139.999.

Ao subscritor de cada debênture foi conferido, como vantagem adicional, um bônus de subscrição que dá o direito de subscrever uma quantia de ações ordinárias, mediante dação em pagamento de uma debênture para cada bônus, à razão do valor nominal unitário de R$ 908,10 (novecentos e oito reais e dez centavos) acrescidos do montante de juros capitalizados das debêntures, dividido pelo preço de exercício atualizado. O preço de exercício é de R$ 0,3027 (valor expresso em centavos de real) por ação, atualizado pela mesma forma de atualização do saldo devedor das debêntures. O bônus de subscrição será válido até 15 de outubro de 2020.

As debêntures estão garantidas por carta fiança assinada pelos seguintes credores (i) Banco do Brasil S.A., (ii) Banco Bradesco S.A., (iii) Banco Votorantin S.A., (iv) HSBC Bank Brasil S.A., (v) Banco Safra S.A., os quais eram titulares de créditos no valor total de R$ 136 milhões que foram pagos com os recursos da emissão das debêntures, conjugada com o bônus de subscrição.

A Companhia realizou a segregação do componente patrimonial do instrumento de dívida para apresentação do saldo a partir da data transição em 01 de janeiro de 2009, conforme demonstrado abaixo:

Recurso de emissão de debêntures	139.999
Montante classificado como patrimônio líquido	(8.324)
Valor contábil do passivo financeiro na data da emissão	131.660

O componente do patrimônio líquido foi reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento composto como um todo e o valor justo do componente passivo.

Notas Explicativas

O componente patrimonial foi reconhecido líquido de efeito de impostos diferidos, cujo saldos nas datas de apresentação das informações trimestrais estão indicados na nota explicativa 14.

Para valorização do valor justo do componente passivo, foi considerado que instrumento financeiro de características similares, considerando garantias dadas pelos Bancos anteriormente citados, sem o bônus de subscrição, consideraria taxa de correção atrelada em média a 100% da taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Para apuração da taxa interna de retorno para mensuração posterior do instrumento financeiro passivo foi considerada a taxa futura do CDI para as datas das liquidações previstas no contrato, na data da emissão das debêntures.

No primeiro trimestre de 2011 houve aumento de capital nominal de R$ 1, passando a ser representado por R$ 429.443 decorrentes do exercício de 1 bônus de subscrição, mediante dação em pagamento de debêntures, (subscrição de 6.966.000 ações ordinárias, decorrentes do exercício de 2.322 bônus de subscrição, representando aumento de capital nominal de R$ 2.353 no exercício de 2010). (Nota Explicativa 29).

A escritura particular da emissão de debêntures possui cláusula de amortização acelerada, estabelecendo que a Kepler Weber S.A. deverá antecipar, em uma única parcela, um montante equivalente a 12 parcelas de amortização das Debêntures quando em qualquer data de pagamento de qualquer amortização das debêntures (previsto para iniciar em novembro de 2010), a relação da dívida líquida definida em contrato dividida pelo EBITDA (*) dos últimos 12 meses seja menor do que 1,5 durante 2 exercícios fiscais consecutivos. Este índice está acima do exigido em contrato, em 31 de março de 2011, não sendo necessária a amortização acelerada da debênture.

(*) EBITDA - definido na escritura como sendo lucro/prejuízo líquido acrescido de imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, resultado não operacional líquido, depreciação e amortização.

		Consolidado	
Taxas contratuais % a.a.	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	**Mar/2011**	**Dez/2010**
3,8%+TJLP	11,064%	105.937	108.820

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece a seus empregados um plano de previdência na modalidade de contribuição definida, junto à entidade de previdência complementar contratada pela Companhia. A Companhia realiza contribuições mensais para custeio do plano em proporção às contribuições realizadas pelos empregados que aderem ao plano. No plano de contribuição definida, nenhum passivo de longo prazo é reconhecido pela Companhia. As contribuições realizadas pela Companhia durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 estão apresentadas abaixo:

Em janeiro de 2003, a Companhia passou a co-patrocinar plano de aposentadoria complementar de contribuição definida (PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres). As contribuições da Companhia são efetuadas na paridade de um para um, ou seja, para cada R$ 1 (um real) de

Notas Explicativas

contribuição do colaborador a Companhia contribui com R$ 1 (um real). O plano de aposentadoria complementar é administrado pela empresa Brasilprev Previdência Privada S.A. Os valores de contribuições reconhecidas estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Contribuições reconhecidas para benefícios de previdência	**5**	**10**	**44**	**45**

23 Partes relacionadas

					Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Kepler Weber Peças e Serviços Ltda.	Banco do Brasil S/A	Banco Santander S/A	Mar/2011 Total	Dez/2010 Total
Ativo circulante						
Depósitos bancários	-	-	1	6	7	14
Aplicações financeiras	-	-	3.364	-	3.364	5.610
Royalties	509	-	-	-	509	584
Ressarcimento de despesas	1	-	-	-	1	18
	510	**-**	**3.365**	**6**	**3.881**	**6.226**
Passivo circulante						
Contas correntes (mútuo)	(2.046)	(1.927)	**-**	**-**	**(3.973)**	**(2.393)**

As partes relacionadas Kepler Weber Industrial S.A., Kepler Weber Peças e Serviços Ltda. são empresas controladas e o Banco do Brasil S.A. e Banco Santander S.A. são acionistas da Companhia.

				Controladora	
	Kepler Weber Industrial S.A.	Banco do Brasil S/A	Diretores e Conselho de Administração	Mar/2011 Total	Mar/2010 Total
Resultado					
Outras receitas (aluguéis)	1.245	-	-	1.245	-
Outras receitas (royalties)	1.205	-	-	1.205	-
Outras receitas (ressarcimento de despesas)	658	-	-	658	-
Receitas sobre aplicações financeiras	-	98	-	98	143
Despesas financeiras sobre juros de mútuo	(24)	-	-	(24)	(119)
Comissão fiança	-	(88)	-	(88)	(95)
Honorários da administração	-	-	(518)	(518)	(659)

				Consolidado	
	Banco do Brasil S/A	Banco Santander S/A	Diretores e Conselho de Administração	Mar/2011 Total	Mar/2010 Total
Resultado					
Receitas sobre aplicações financeiras	556	82	-	638	275
Comissão fiança	(88)	-	-	(88)	(95)
Honorários da administração	-	-	(600)	(600)	(984)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Banco do Brasil S/A	Banco Santander S/A	Mar/2011 Total	Dez/2010 Total
Ativo circulante				
Depósitos bancários	97	8	105	1.023
Aplicações financeiras	29.852	-	29.852	29.344
	29.949	**8**	**29.957**	**30.367**

As operações realizadas com o acionista Banco do Brasil S.A. e Banco Santander S.A. consideram condições usuais de mercado, sendo que a Companhia incorre em gastos anuais por comissão de fiança oferecida para as debêntures mencionadas na nota explicativa 21.

O saldo de contas correntes entre entidades da Companhia refere-se a contratos de mútuo com prazo indeterminado, sujeitos aos encargos que variam de acordo com a taxa SELIC. Saldos e operações realizadas entre entidades da Companhia são eliminadas na apresentação das informações trimestrais consolidadas.

24 Remuneração da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores, nos termos do art. 24 do Estatuto Social.

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Companhia e inclui honorários, gratificações e benefícios variáveis, está apresentada abaixo:

Controladora	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Honorários e gratificações	1.323	659
Benefícios diretos e indiretos	122	25
Previdência privada	5	5
	1.450	**689**

Consolidado	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Honorários e gratificações	1.593	984
Benefícios diretos e indiretos	150	45
Previdência privada	7	7
	1.750	**1.036**

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) realizada em 29 de abril de 2010 foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R$ 4.423, que inclui apenas honorários e gratificações, para o período de maio de 2010 a abril de 2011.

Notas Explicativas

25 Impostos a recolher

Circulante	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
IOF a pagar	-	-	(7)	(2)
IRPJ/CSLL a pagar	-	-	-	(374)
IRRF/CSLL a recolher	(4)	(1)	(38)	(32)
ICMS a pagar	-	-	(1)	(71)
PIS/COFINS a pagar	(88)	(94)	(88)	(1.050)
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(347)	(347)	(347)	(347)
Reparcelamento INSS - Lei 11.941/09	-	(17)	(32)	(17)
Parcelam.Contenc.Tribut. - Lei 11.941/09	-	-	(133)	(133)
Outros	(2)	(3)	(101)	(182)
	(441)	**(462)**	**(747)**	**(2.208)**

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Parcelamento IOF - Lei 11.941/09	(4.517)	(4.517)	(4.517)	(4.517)
Reparcelamento INSS - Lei 11.941/09	(346)	(346)	(346)	(346)
Parcelamento contencioso tributário - Lei 11.941/09	-	-	(1.741)	(1.741)
	(4.863)	**(4.863)**	**(6.604)**	**(6.604)**

Em 30 de novembro de 2009 a Companhia e suas controladas aderiram ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09.

26 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas apresentavam os seguintes saldos de depósitos judiciais e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
Itens	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Contingências trabalhistas e previdenciárias	133	130	178	177
Contingências tributárias	-	-	35	35
Reclamações cíveis	494	493	-	-
	627	**623**	**213**	**212**

	Controladora		
Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2010	Adição de provisão	Mar/2011
Contingências trabalhistas e previdenciárias	177	1	178
Contingências tributárias	35	-	35
Total das provisões	**212**	**1**	**213**

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	
Itens	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.485	1.469	3.511	3.436
Contingências tributárias	308	308	767	532
Reclamações cíveis	2.397	2.361	1.861	1.664
	4.190	**4.138**	**6.139**	**5.632**

	Consolidado		
Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Dez/2010	Adição de provisão	Mar/2011
Contingências trabalhistas e previdenciárias	3.436	75	3.511
Contingências tributárias	532	234	766
Reclamações cíveis	1.664	198	1.862
Total das provisões	**5.632**	**507**	**6.139**

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Contingências trabalhistas e previdenciárias: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias: são processos que envolvem discussões sobre créditos fiscais não homologados, ressarcimentos, base de cálculo para contribuição, impostos e glosa de crédito em pedido de restituição de COFINS.

Contingências cíveis: as principais ações estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários, e decorrem das atividades operacionais das empresas.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado, é suficiente para cobrir as perdas prováveis com os processos judiciais.

A Companhia e suas controladas também são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e explicações a seguir:

Notas Explicativas

Tipo de processo	Mar/2011	Dez/2010
Tributárias	9.019	9.321
Cíveis	7.430	7.112
Trabalhistas	1.063	1.161
	17.512	**17.594**

Contingências trabalhistas com perda possível: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Contingências tributárias com perda possível: são processos administrativos que se referem à glosas de créditos em pedidos de ressarcimento de IPI, pedidos de restituição de IRRF e COFINS, crédito presumido de IPI perante a Receita Federal do Brasil e notificação fiscal de lançamento de débitos do INSS.

Contingências cíveis com perda possível: as três principais ações que formam essa contingência estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários advocatícios.

27 Receita diferida

A receita diferida classificada como corrente consiste em adiantamento de clientes para produtos a serem entregues e serviços a serem concluídos após a data base, que será reconhecida no resultado quando de sua efetiva realização.

28 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora					
		Mar/2011			Dez/2010		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	10	16	-	16	2.360	-	2.360
Contas a receber clientes	11	-	104	104	-	106	106
Aplicações financeiras retidas	10	3.364	-	3.364	3.277	-	3.277
Passivos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	20	-	(12)	(12)	-	(12)	(12)
Fornecedores		-	(41)	(41)	-	(44)	(44)
Debêntures	21	-	(105.937)	(105.937)	-	(108.820)	(108.820)
Total		**3.380**	**(105.886)**	**(102.506)**	**5.637**	**(108.770)**	**(103.133)**

Notas Explicativas

		Consolidado					
		Mar/2011			Dez/2010		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	10	108.323	-	108.323	116.025	-	116.025
Contas a receber clientes	11	-	20.398	20.398	-	37.455	37.455
Instrumentos financeiros derivativos		115	-	115	423	-	423
Aplicações financeiras retidas	10	3.364	-	3.364	3.277	-	3.277
Passivos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	20	-	(52.277)	(52.277)	-	(55.662)	(55.662)
Fornecedores		-	(21.890)	(21.890)	-	(20.492)	(20.492)
Debêntures	21	-	(105.937)	(105.937)	-	(108.820)	(108.820)
Total		**111.802**	**(159.706)**	**(47.904)**	**119.725**	**(147.519)**	**(27.794)**

b. Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações trimestrais foi:

Controladora		Valor contábil	
	Nota	Mar/2011	Dez/2010
Aplicações financeiras retidas	10	3.364	3.277
Empréstimos e recebíveis	11	104	106
Caixa e equivalentes de caixa	10	16	2.360
Total		**3.484**	**5.743**

Consolidado		Valor contábil	
	Nota	Mar/2011	Dez/2010
Aplicações financeiras retidas	10	3.364	3.277
Instrumentos financeiros derivativos	28c	115	423
Empréstimos e recebíveis	11	20.398	37.455
Caixa e equivalentes de caixa	10	108.323	116.025
Total		**132.200**	**157.180**

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis, desconsiderando provisão de créditos de liquidação duvidosa, representados por contas a receber de clientes, entre mercado nacional e mercado externo está distribuída a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil		Valor Contábil	
Em milhares de reais	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Doméstico	-	-	19.126	33.929
Argentina	25	25	698	714
Chile	-	-	215	1.702
Egito	-	-	-	2.398
Equador	-	-	295	11
Irã	339	348	339	348
Paraguai	-	-	96	157
República Dominicana	-	-	28	482
Síria	44	45	44	45
Uganda	-	-	97	-
Uruguai	237	242	659	603
Venezuela	-	-	2.639	1.206
Total	**645**	**660**	**24.236**	**41.595**

Notas Explicativas

O vencimento de contas a receber de clientes está apresentada na nota explicativa 11, assim como provisão para redução a valor recuperável. Nos demais ativos financeiros não há montantes vencidos.

c. Risco cambial

Exposição a moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais.

	Controladora		Consolidado	
Itens	**Mar/2011**	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
Clientes	645	660	5.110	7.666
Adiantamento a fornecedores	-	-	874	867
Fornecedores	(12)	-	(1.685)	(2.579)
Comissões a representantes	(11)	(168)	(689)	(1.528)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	115	423
Total	**622**	**492**	**3.725**	**4.849**
Valor equivalente em US$ mil	**382**	**295**	**2.287**	**2.910**

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o trimestre:

	Taxa média		Taxa à vista na data das demonstrações financeiras	
Reais	**Mar/2011**	**Dez/2010**	**Mar/2011**	**Dez/2010**
USD	1,6673	1,7593	1,6287	1,6662

Além dos montantes apresentados, a Companhia e suas controladas também estão sujeitas a riscos de variação de cesta de moedas BNDES – UMBND, sobre empréstimos BNDES – FINEM no montante de R$ 4.114 em 31 de março de 2011 (R$ 4.392 em 31 de dezembro de 2010).

Derivativos – contratos de câmbio a termo

A controlada Kepler Weber Industrial S.A. possui instrumentos em aberto, que se referem a contratos de venda cambial a termo (na modalidade *Non Deliverable Forward* - NDF) a fim de proteger parcialmente a expectativa de recebimento de dólares das exportações no seu vencimento.

Em 31 de março de 2011, a controlada Kepler Weber Industrial S.A. possuía quinze contratos futuros dessa modalidade, dos quais, onze são contratos de compromisso de venda de dólar de US$ 9.179, e quatro são contratos de compromisso de compra de dólar de US$ 5.410, totalizando uma posição de US$ 14.589, com vencimentos em abril, maio, junho, julho e agosto de 2011, como segue:

Notas Explicativas

		Consolidado		
		Mar/2011		
Vencimento	Contraparte	Valor presente ativo	Valor presente Passivo	Ajuste a receber/ (a pagar)
Abr/11	Banco ABC Brasil	5.291	5.240	51
Mai/11	Banco HSBC	1.611	1.499	112
Mai/11	Banco ABC Brasil	4.000	4.108	(108)
Jun/11	Banco HSBC	1.410	1.370	40
Jun/11	Banco ABC Brasil	3.393	3.398	(5)
Jul/11	Banco HSBC	1.074	1.001	73
Jul/11	Banco Itaú	1.284	1.305	(21)
Ago/11	Banco HSBC	888	828	60
Ago/11	Banco PINE	1.624	1.655	(31)
Ago/11	Banco Itaú	3.491	3.547	(56)
		24.066	**23.951**	**115**

		Dez/2010		
Vencimento	Contraparte	Valor presente ativo	Valor presente Passivo	Ajuste a receber/ (a pagar)
Jan/11	Banco ABC Brasil	3.023	2.944	79
Jan/11	HSBC	516	498	18
Fev/11	Banco ABC Brasil	3.396	3.345	51
Fev/11	HSBC	515	497	18
Mar/11	Banco Fibra	1.804	1.653	151
Mai/11	HSBC	1.558	1.510	48
Jun/11	HSBC	317	307	10
Jul/11	HSBC	1.039	1.012	27
Ago/11	HSBC	858	837	21
		13.026	**12.603**	**423**

A Companhia e suas controladas não ofereceram margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício, estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
Operações de proteção	**Mar/2011**	**Mar/2010**	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Receitas financeiras:				
Ganhos com operações de NDF	-	73	341	325
Despesas financeiras:				
Perdas com operações de NDF	-	(67)	(215)	(1.029)
	-	**6**	**126**	**(704)**

Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem operações com derivativos exóticos e manterá sua política de proteção cambial, avaliando permanentemente e criteriosamente os riscos a que suas operações estão expostas.

Análise de sensibilidade – instrumentos derivativos e risco de moeda estrangeira

A controlada Kepler Weber Industrial S.A. possuía quinze contratos de NDF em dólar norte-americano para entrega futura com vencimentos em abril, maio, junho, julho e agosto de 2011, a cotações de R$ 1,6937/US$, R$ 1,6392/US$, R$ 1,6388/US$, R$ 1,6503/US$, R$ 1,726/US$, R$ 1,7765/US$, R$ 1,6617/US$, R$ 1,6621/US$, R$ 1,692/US$, R$ 1,787/US$, R$ 1,80/US$, R$ 1,6927/US$, R$ 1,813/US$, R$ 1,7078/US$ e R$ 1,731/US$ respectivamente, com valor

Notas Explicativas

nocional de US$ 14.589 no consolidado. A cotação do Dólar em 31 de março de 2011 é de R$ 1,6287.

Os três cenários apresentados a seguir consideram as divulgações requeridas pela CVM através da Instrução nº 475 que determinou que, além de um cenário considerado provável pela Administração, fosse apresentado mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas.

A Administração estima (com base nas cotações da BMF&BOVESPA) que a taxa média do dólar provável para o período, ou vencimento, seja de R$ 1,7115/US$. O cenário adverso possível é representado pela valorização do dólar em relação ao real de 25% (R$ 2,1394/US$), enquanto que o cenário adverso remoto seria representado pela valorização do dólar em relação ao real de 50% (R$ 2,5673/US$). No cenário provável, a controlada reconheceria um ganho de R$ 115, na data de vencimento dos contratos. Nos cenários possíveis e remoto de valorização do dólar em relação ao real, a controlada poderá incorrer em perdas de R$ 1.564 e R$ 3.129, respectivamente.

Efeito acumulado na variação do valor justo				**Mar/2011**
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário adverso possível	Cenário adverso remoto
Contrato NDF - Compromisso de venda/compra de dólar	Valorização do dólar em relação ao real	115	(1.564)	(3.129)

Conforme mencionado acima, as operações de “NDF” contratadas visam a proteção de riscos de variações cambiais. Dessa forma, a Administração entende que, na ocorrência de qualquer dos cenários descritos acima, as eventuais perdas ou ganhos serão compensados em grande parte por perdas ou ganhos relativas às operações futuras da Companhia e suas controladas.

Para os mesmos cenários, a variação sobre o valor patrimonial para a exposição cambial líquida em dólar, antes dos instrumentos financeiros, está apresentada abaixo:

Ítens	**Taxa em**		**Controladora**	
	Mar/2011	**Provável**	**Redução 25%**	**Redução 50%**
Exposição em US$ (exceto derivativo)	1,6287	382	286	191
Variação			(96)	(191)

Ítens	**Taxa em**		**Consolidado**	
	Mar/2011	**Provável**	**Redução 25%**	**Redução 50%**
Exposição em US$ (exceto derivativo)	1,6287	2.216	1.662	1.108
Variação			(554)	(1.108)

Para os empréstimos sujeitos a variação de cesta de moeda de BNDES, a Administração considerou a mesma variação percentual para os riscos acima, sendo que a variação sobre o valor patrimonial está apresentada abaixo:

Notas Explicativas

Ítens	Taxa em	Consolidado		
	Mar/2011	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Exposição em UMBND	0,031968	(4.114)	(5.143)	(6.171)
Variação			(1.029)	(2.057)

d. Risco de taxa de juros

Perfil

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e suas controladas era:

Controladora	Valor contábil	
	Mar/2011	Dez/2010
Instrumentos de taxa variável		
Ativos Financeiros	**4.007**	**6.260**
Caixa e equivalentes de caixa	16	2.360
Aplicações financeiras retidas	3.364	3.277
Depósitos judiciais	627	623
Passivos Financeiros	**105.937**	**108.820**
Debêntures	105.937	108.820

Consolidado	Valor contábil	
	Mar/2011	Dez/2010
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos Financeiros	**17.365**	**19.133**
Exim pré-embarque	16.477	19.133
Finame	888	-
Instrumentos de taxa variável		
Ativos Financeiros	**122.530**	**130.544**
Caixa e equivalentes de caixa	108.323	116.025
Aplicações financeiras retidas	3.364	3.277
Depósitos judiciais	4.190	4.138
Clientes (Agrosul)	6.653	7.104
Passivos Financeiros	**140.837**	**145.337**
Debêntures	105.937	108.820
Empréstimos e financiamentos	34.900	36.517

Passivos financeiros atrelados a taxa variável incluem as debêntures mencionadas na nota explicativa 21.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa

A Companhia e suas controladas não contabilizam nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia e suas controladas não designam derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A Administração considera como cenário provável para empréstimos e financiamentos sujeitos a variação da TJLP a manutenção da mesma taxa apresentada em 31 de março de 2011: 6% ao ano. Para os cenários requeridos possível e remoto foram considerados aumento de 25% e 50% da taxa indicada para a posição de 31 de março de 2011.

	Controladora			
	Depesa anual sobre indíce 31/03/2011	**Taxa provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: R$ 105.937 (principal)	6%	6%	7,5%	9%
Projeção anual sobre passivo financeiro	(6.356)	(6.356)	(7.945)	(9.534)
Variação		-	(1.589)	(3.178)

	Consolidado			
	Depesa anual sobre indíce 31/03/2011	**Taxa provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
Passivos financeiros sujeitos a variação TJLP: R$ 140.837 (principal)	6%	6%	7,5%	9%
Projeção anual sobre passivo financeiro	(8.450)	(8.450)	(10.563)	(12.675)
Variação		-	(2.113)	(4.225)

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa sujeitos a variação de taxa da CDI, a administração considerou o cenário provável a taxa da CDI na data de 31 de março de 2011 sobre o % de variação de CDI médio ponderado a partir das características das CDBs mantidas pela empresa (nota explicativa 10) de 99,9% na controladora e 100,5% no consolidado. O cenário possível considera a desvalorização de 25% desta taxa e o remoto considera desvalorização de 50%.

	Controladora			
	Receita anual sobre indíce 31/03/2011	**Taxa provável**	**Redução de 25%**	**Redução de 50%**
Ativos financeiros sujeitos a variação CDI: R$ 3.380 (principal)	10,64%	10,64%	7,98%	5,32%
Projeção anual sobre ativo financeiro	360	360	270	180
Variação		-	(89)	(180)

	Consolidado			
	Receita anual sobre indíce 31/03/2011	**Taxa provável**	**Redução de 25%**	**Redução de 50%**
Ativo financeiros sujeitos a variação CDI: R$ 111.687 (principal)	10,64%	10,64%	7,98%	5,32%
Projeção anual sobre ativo financeiro	11.884	11.884	8.913	5.942
Variação		-	(2.971)	(5.942)

Notas Explicativas

29 Patrimônio líquido

a. Capital social

No período, ocorreu o aumento do capital social, montando em R$ 429.443 em decorrência do exercício de 01 (um) bônus de subscrição. Além deste aumento do capital social, ocorreram os resgates previstos no Estatuto Social da Companhia em relação às ações preferenciais classe "B" (iniciado em setembro de 2010 com término previsto para setembro de 2020) de 1.086 ações preferenciais de classe "B" (janeiro/2011, resgate de 366 ações, fevereiro/2011, resgate de 361 ações e março/2011, resgate de 359 ações).

Em 31 de março de 2011 a Companhia possuía 39.443 ações preferenciais de classe "B" (40.529 ações em 31 de dezembro de 2010), no montante de R$ 12 (R$ 12 em 31 de dezembro de 2010) que, considerando a possibilidade de resgate, são classificadas como instrumentos financeiros passivos. Para fins societários, estas ações compõem o capital social da Companhia, conforme Estatuto Social.

Desta forma o capital social passa a ser representado por 1.308.213.508 (um bilhão, trezentas e oito milhões, duzentas e treze mil e quinhentas e oito) ações ordinárias, 1.020.967 (um milhão, vinte mil e novecentas e sessenta e sete) ações preferenciais de classe "A" e 39.443 (trinta e nove mil, quatrocentas e quarenta e três) ações preferenciais de classe "B".

De acordo com o Artigo 6°, Parágrafo 3° do Estatuto Social da Companhia, a condição de resgate das ações preferenciais de classe "B" foi automaticamente alterada pelo fato da Companhia não ter realizado a alienação do controle de sua controlada Kepler Weber Inox Ltda. até a data estipulada (17 de agosto de 2010). Portanto, o referido resgate passou a ocorrer mensalmente na proporção de 1/120 avos do total das ações preferenciais de classe "B" em circulação em 17 de agosto de 2010 até o resgate da totalidade das ações preferenciais de classe "B" em circulação. A data de resgate das ações será o 5º (quinto) dia útil de cada mês, sendo que o primeiro resgate ocorreu em 08 de setembro de 2010, no valor de R$ 119,07 (cento e dezenove reais e sete centavos), tendo sido resgatadas 392 ações preferenciais de classe "B".

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, está autorizada a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o valor do capital social até o limite de 1.800.000.000 de ações podendo ser dividido em ações ordinárias e ações preferenciais de classe "A", , observando que o número destas ações nunca será superior ao número de ações ordinárias.

b. Reservas de lucros

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão feitas as deduções previstas em lei e a reserva para as incidências tributárias.

O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

- 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo aos acionistas, obedecendo a prioridade de pagar antes o dividendo fixo prioritário;

Notas Explicativas

- 25% (vinte e cinco por cento) como reserva para investimentos e capital de giro, desde que o dividendo fixo tenha sido pago.

A reserva de investimento e capital de giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens de ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortizações de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas. Referida reserva terá como limite máximo o valor do capital social integralizado.

Considerando a existência de prejuízos acumulados, nenhuma reserva de lucros é apresentada para a Companhia.

c. Reserva de capital de incentivos fiscais

Refere-se a reserva de incentivos fiscais, doações, subvenção para investimento de anos anteriores.

d. Reserva especial para resgate de ações

De acordo com AGE realizada em 17 de agosto de 2007, uma parcela dos recursos obtidos com a subscrição de ações preferenciais de classe "A" e de classe "B", no valor de R$ 24.000 foi destinada a uma reserva especial estatutária, denominada "reserva especial de resgate das ações preferenciais de classe "B", cujos recursos somente deverão ser utilizados para resgatar as ações preferenciais de classe "B".

Caso a Companhia não tenha lucro em um determinado exercício os recursos dessa reserva especial poderiam ser utilizados para pagar o dividendo fixo calculado com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), acrescida de um spread de 3,8% ao ano, incidente sobre o preço de emissão das ações preferenciais de classe "B", ou seja, R$ (valor expresso em centavos de real).

Entretanto, considerando a apresentação das ações preferenciais de classe "B" como instrumento financeiro passivo, para fins de apresentação destas informações trimestrais os dividendos fixos calculados são reconhecidos no resultado do exercício como despesa financeira.

e. Reserva para elemento patrimonial em instrumento financeiro composto

Refere-se a reserva apresentada no patrimônio líquido da Companhia para refletir o componente de patrimônio no instrumento financeiro composto emitido pela Companhia em anos anteriores (debêntures – nota explicativa 21), líquido dos efeitos tributários diferidos.

A valorização inicial do componente patrimonial do instrumento financeiro composto não se altera. Entretanto, esta reserva apresenta movimentações em reflexo da diferença entre os montantes reconhecidos no capital social da Companhia por seu valor nominal considerando os valores atualizados das debêntures utilizadas na conversão para ações ordinárias por suas taxas contratuais (TJLP + 3,8% a.a.), e os montantes baixados do passivo financeiro da Companhia considerando a taxa de juros média efetiva calculada de acordo com o mencionado na nota explicativa 21.

Notas Explicativas

f. Reservas de reavaliação

Referem-se a saldos de reavaliações realizadas em 1984 e 1991. O saldo residual desta reserva refere-se notadamente a terrenos, sendo que os demais são realizados mensalmente.

g. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição aos IFRSs e novos pronunciamentos contábeis com vigência iniciada no ano anterior, movimentados pela realização do ajuste principalmente por depreciação dos itens re-mensurados em 1º de janeiro de 2009.

30 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	**Mar/2010**	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Receita bruta fiscal	-	-	71.558	85.420
Impostos sobre vendas	-	-	(9.196)	(11.712)
Devoluções e abatimentos	-	-	(244)	(56)
Ajustes por diferença nos critérios de reconhecimento de receita	-	-	(1.400)	(408)
Total de receita	**-**	**-**	**60.718**	**73.244**

31 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	**Mar/2010**	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Aluguel de propriedades para investimento	1.245	-	-	54
Royalties e ressarcimento de despesas corporativas	1.862	-	-	-
Subvenções governamentais	-	-	-	585
Reversão de provisões	-	-	1.930	247
Outros	305	242	557	112
	3.412	**242**	**2.487**	**998**

Notas Explicativas

32 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Provisão para obsolescência e perdas de estoque	(69)	-	(554)	(455)
Provisões para contingências civeis, trabalhistas e previdenciárias	(1)	(166)	(507)	(352)
Ociosidade do imobilizado	-	-	(175)	(583)
Indenizações diversas	-	-	(642)	-
Outras	(1.158)	(402)	(1.943)	(31)
	(1.228)	**(568)**	**(3.821)**	**(1.421)**

Ociosidade operacional

Como reflexo do aumento das atividades operacionais do parque industrial da controlada Kepler Weber Industrial S.A., não houve ociosidade do parque industrial no trimestre findo em 31 de março de 2011, já no mesmo período do ano anterior (trimestre findo em 31 de março de 2010), a ociosidade operacional montou em R$ 139. A controlada registrou este montante no resultado do exercício como despesa.

33 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Depreciação e amortização	561	541	3.676	2.879
Despesas com pessoal	699	1.288	11.919	11.274
Matéria-prima / produtos adquiridos	-	-	28.326	41.518
Despesas com benefícios empregados	28	58	1.265	1.007
Comissões sobre vendas	156	44	1.825	1.543
Garantias	-	1	1.030	364
Fretes sobre vendas	-	-	2.335	1.837
Serviços de montagem	-	-	2.289	2.124
Serviços de terceiros	238	136	1.972	1.516
Encargos e outros	616	666	7.261	4.696
Total	**2.298**	**2.734**	**61.898**	**68.758**
Despesas de vendas	161	879	4.546	3.863
Despesas administrativas	2.137	1.846	6.661	5.350
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	-	9	50.691	59.545
Total	**2.298**	**2.734**	**61.898**	**68.758**

Notas Explicativas

34 Resultado financeiro

O resultado das despesas e receitas financeiras foi obtido da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
Receitas Financeiras	**Mar/2011**	**Mar/2010**	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Variação cambial/monetária ativa	65	909	759	1.950
Instrumentos financeiros derivativos	-	73	341	325
Receitas com aplicações financeiras	99	144	2.849	1.403
Outras receitas financeiras	-	25	102	310
	164	**1.151**	**4.051**	**3.988**

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	**Mar/2011**	**Mar/2010**	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Encargos financeiros s/empréstimos e financiamentos	(2.616)	(2.738)	(3.625)	(3.918)
Juros de mora e IOF contratuais	(101)	(129)	(90)	(131)
Variação cambial/monetária passiva	(29)	(954)	(424)	(1.698)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(67)	(215)	(687)
Ajuste a valor presente	-	-	63	-
Despesas com fiança bancária	(218)	(236)	(218)	(236)
Outras despesas financeiras	(276)	(256)	(481)	(234)
	(3.240)	**(4.380)**	**(4.990)**	**(6.904)**

35 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	**Mar/2010**	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda	(3.287)	(2.390)	(3.453)	1.147
Resultado da equivalência patrimonial	(97)	(3.899)	-	-
Incentivo fiscal - subvenções governamentais	-	-	-	(585)
Outras adições permanentes	26	383	1.518	200
Outras exclusões permanentes	-	-	(509)	-
Base de cálculo	(3.358)	(5.906)	(2.444)	762
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
	1.142	2.008	831	(259)
Variação de diferenças temporárias não reconhecidas	189	832	6.180	485
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(317)	(2.642)	(7.586)	(3.018)
Outros	(882)	-	873	281
Imposto de renda e contribuição social	132	198	298	(2.511)
Alíquota fiscal efetiva	-4%	-8%	-9%	-219%
Corrente	-	-	-	(1.734)
Diferido	132	198	298	(777)

Notas Explicativas

36 Resultado por ação

	Controladora e consolidado	
Básico:	**Mar/2011**	**Mar/2010**
Resultado líquido operações em continuidade	(3.155)	(1.364)
Resultado líquido operações descontinuadas	-	(828)
Média ano acões ordinárias	1.308.213.508	1.303.789.913
Média ano ações preferenciais A	1.020.967	1.141.726
Resultado por ação ordinária básico - operações continuadas - R$	(0,0024)	(0,0010)
Resultado por ação preferencial A básico - operações continuadas - R$	-	(0,0010)
Resultado por ação ordinária básico - operações descontinuadas - R$	-	(0,0006)
Resultado por ação preferencial A básico - operações descontinuadas - R$	-	(0,0006)
Resultado por ação ordinária básico total R$	(0,0024)	(0,0017)
Resultado por ação preferencial A básico total R$	-	(0,0017)
Diluído:		
Resultado líquido operações em continuidade	(3.155)	(1.364)
Despesa financeira por valorização debêntures conversíveis	2.788	2.898
Efeito IR (34%) sobre juros	(948)	(985)
Resultado líquido operações em continuidade ajustado	(1.315)	549
Resultado líquido operações descontinuadas	-	(828)
Média ano acões ordinárias + preferenciais A e B	1.309.274.278	1.302.307.508
Total de ações conversão	342.522.313	349.491.000
Total de base de ações para lucro por ação diluído	1.651.796.591	1.651.798.508
Resultado por ação diluído - operações continuadas - R$	(0,0008)	0,0003
Resultado por ação diluído - operações descontinuadas - R$	-	(0,0005)
Resultado por ação diluído - total - R$	(0,0008)	(0,0002)

37 Subvenções governamentais

A controlada Kepler Weber Industrial S.A., quando da instalação de sua fábrica no Estado do Mato Grosso do Sul, ocorrida em 2004, firmou termo de acordo com o Estado sob o nº. 0028/02, aditivado em 27 de agosto de 2009. Desta forma, foi concedida à controlada, a título de benefício fiscal, redução de 90% do saldo devedor de ICMS apurado, conforme disposto pela Lei Complementar nº. 93, de 5 de novembro de 2001, produzindo efeitos até setembro de 2018. Os benefícios gerados em exercícios anteriores a 2007 decorrentes do incentivo fiscal foram contabilizados na controlada a débito do ICMS a recolher em contrapartida à conta de outras receitas. Em 31 de março de 2011 não houve reconhecimento de benefício fiscal (R$ 585 em 31 de março de 2010 registrado a crédito da conta de outras receitas).

38 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das informações trimestrais**,** consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. A Companhia mantém ainda, seguros de riscos de transporte nas operações de importações e exportação, riscos diversos e de engenharia cujos valores segurados são contratados a cada operação.

Consolidado	Vigência	Valor
Responsabilidade civil e danos materiais terceiros - veículos	abr/11	1.210
	jul/11	10.000
		11.210
Riscos empresariais (estoques, prédios e riscos de crédito)	mar/11	9.493
	jul/11	10.165
	ago/11	121.500
		141.158
Total Segurado		**152.368**

39 Demonstrações do valor adicionado - DVA

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

* * *

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração
José Carlos Alves da Conceição

Vice-Presidente do Conselho de Administração
Luís Carlos Guedes Pinto

Membros
Armando Galhardo Nunes Guerra Junior
Antonio Aguiar Filho
Francisco Ferreira Alexandre
Guilherme Augusto Cirne de Toledo
Maria Gustava Brochado Heller Britto

CONSELHO FISCAL

Membros
Marcus Moreira de Almeida
Jercineide Pires de Castro
Manoel Rodrigues Lima Neto

DIRETORIA

Diretor Presidente
Anastácio Ubaldino Fernandes Filho

Diretor Vice-Presidente
Olivier Michel Colas

Diretor
Nolci Paulo Baptista dos Santos

CONTADORES

Gerente de Controladoria
André Luis Paz Acosta
CRC-RS 042938/0-0

Contador
Luisiano Paulo Meneghetti
CRC-RS 070721/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Aos Conselheiros e Diretores da Kepler Weber S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Kepler Weber S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submdas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 09 de maio de 2011.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/F-RS

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP244525/O-9-T-RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que:

1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes elaborado pela KPMG Auditores Independentes;

2- reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras intermediárias, relativas ao período encerrado em 31 de março de
2011, auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Porto Alegre, 09 de maio de 2011.

Kepler Weber S.A.

Diretoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

A Diretoria da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declara que:

1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes elaborado pela KPMG Auditores Independentes;

2- reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras Intermediárias, relativas ao período encerrado em 31 de março de
2011, auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Porto Alegre, 09 de maio de 2011.

Kepler Weber S.A.

Diretoria
Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes
PÁGINA: 2 de 2

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
0	